

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA - CAMPUS GV
COMISSÃO DE CONDUÇÃO DO DEBATE (CCD/UFJF-GV)

**RELATÓRIO DE SUPORTE AO DEBATE SOBRE
EMANCIPAÇÃO DO CAMPUS GV**

**GOVERNADOR VALADARES
07 DE NOVEMBRO DE 2022**

Membros Titulares da comissão¹:

Erlly Guilherme Azevedo, representante do ICV;
Hilton Manoel Dias Ribeiro, representante do ICSA;
Jenifer Carvalho Grossi, representante do SintufejuF-GV;
Rafael Felipe Modesto, representante do DCE;
Ricardo C. Grünewald Zarantoneli, representante da Diretoria-Geral;

Membros Suplentes da comissão:

Carlos Henrique Viveiros Santos, representante do DCE;
Kassandro Cardoso Burmann, representante da Diretoria-Geral;
Leandro Roberto de Macedo, representante do ICSA;
Rafael Marins Rezende, representante do ICV.

¹ Dois membros da APES (titular e suplente) compuseram essa comissão do dia 05 de maio de 2022 até o dia 03 de novembro de 2022.

Sumário

APRESENTAÇÃO	4
1. Introdução	4
2. Da formação dos Grupos de Trabalho – GT's	5
PARTE I – CONTEXTOS	8
1. Histórico.....	8
2. Contexto de dificuldades administrativas.....	11
2.1. Por parte da Direção Geral do Campus GV	13
2.2. Por parte das Coordenações de setores da Direção Geral do Campus GV	15
2.3. Por parte das Direções de Unidades	19
2.4. Por parte das Chefias de Departamento	21
2.5. Por parte das Coordenações de curso do Campus GV	24
3. Contexto local/regional	26
4. Contexto político	28
5. Condições legais	34
PARTE II - CASOS SOBRE EMANCIPAÇÃO.....	36
1. Introdução	36
2. Casos de Emancipação Efetivados, suas condições de emancipação	37
3. Casos de Não Emancipação e suas condições de manutenção de vinculação	46
PARTE III - INFRAESTRUTURA E ORÇAMENTO	51
1. Introdução	51
2. Estrutura Organizacional, Cargos e Funções	51
3. Orçamento	55
4. Estrutura física	55
4.1. Estrutura Física Disponível	56
4.2. Estrutura Física Adicional Necessária de acordo com IACG	59
4.3. Espaço físico	60
4.4. Estrutura tecnológica	62
4.5. Estrutura Tecnológica Necessária	63
4.6. Considerações sobre estrutura física	65
REFERÊNCIAS.....	67

APRESENTAÇÃO

1. Introdução

Após a reunião do Conselho Superior da Universidade Federal de Juiz de Fora (CONSU/UFJF), em 22 de novembro de 2019, foi criada uma comissão para tratar da possibilidade de emancipação do Campus de Governador Valadares (Campus GV), por meio da Portaria/SEI n.º 214, de 13 de fevereiro de 2020. Contudo, devido a fatores situacionais diversos, aconteceu sua dissolução. Os encaminhamentos realizados à época podem ser visualizados nos processos 23071.915225/2020-89, 23071.915966/2020-64 e 23071.922393/2020-68.

A Comissão para definição de metodologia para debate sobre a possibilidade de emancipação do Campus GV, vinculado à Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), foi designada pela Portaria/SEI n.º 696, de 18 de junho de 2021 (ato do Diretor do Campus GV), nos termos da Resolução n.º 03/2021 do Conselho Gestor do Campus GV, presente no processo n.º 23071.900042/2021-08, documento SEI n.º 0403056, por determinação do Conselho Superior (CONSU) da UFJF, em reunião realizada em 22 de novembro de 2019.

Considerando que o tema deve envolver ampla discussão em todos os segmentos da universidade, com participação das instâncias superiores da UFJF, sem deixar de ouvir a comunidade Valadarense, foi deliberado, pelo CONSU, a criação de uma Comissão para definição de "Metodologia de Debate, com as devidas representações, a qual deveria apresentar ao CONSU uma proposta de metodologia a ser adotada para a discussão do tema.

Como resultado dos trabalhos dessa Comissão, foi apresentado ao CONSU uma proposta de metodologia para o debate sobre a emancipação do Campus GV, presente no processo SEI n.º 23071.903102/2022-29, documento SEI n.º 0664998, discutido e deliberado nesta instância e originado a Resolução n.º 05 de 21 de fevereiro de 2022.

Ato contínuo à aprovação da proposta pela mais alta instância universitária e, após Moção de apoio da Câmara Municipal de Governador Valadares à emancipação do Campus GV da UFJF, conforme descrito no processo SEI n.º 23071.923817/2021-29, documento SEI n.º 0692145, o Conselho Gestor do campus GV, através da Resolução n.º 01/2022, no mesmo processo, documento SEI n.º 0783797, instituiu a presente Comissão de Condução do Debate (CCD), nos termos da Resolução do CONSU n.º 05, de 01 de fevereiro de 2022.

A CCD reuniu-se ordinariamente em 13 de maio de 2022 para início das atividades e eleição de sua presidência. A partir desta reunião, os membros da CCD reuniram-se periodicamente para organizar e definir a dinâmica dos trabalhos de suporte aos debates sobre o tema da emancipação do Campus

GV. O primeiro passo foi a elaboração e divulgação do cronograma de ações da comissão e dos grupos de trabalho de suporte à mesma. Cada grupo de trabalho produziu um relatório a parte que foram enviados à CCD. Tais relatórios foram juntados no presente relatório, com pequenas adequações realizadas pela CCD.

O presente relatório foi apresentado para os membros da CCD para avaliação. No dia 03/11/2022, a APES resolveu se retirar espontaneamente da CCD, sem a indicação de novos representantes. Após avaliação de seus membros, este relatório foi aprovado em reunião da comissão no dia 04/11/2022, e publicado em 08/11/2022.

2. Da formação dos Grupos de Trabalho – GT's

Apresentado o cronograma de ações, a CCD promoveu a criação de 3 (três) Grupos de Trabalho para ampliar a consulta à comunidade acadêmica e à sociedade de Governador Valadares. Esses grupos ficaram responsáveis pela elaboração de relatórios parciais temáticos, para atender aos pontos especificados em diferentes linhas, para condução das discussões sobre a possibilidade de emancipação do Campus GV. Assim, foram criados os GT's temáticos a seguir:

GT1 - Grupo de Trabalho sobre o contexto:

Histórico de implementação do Campus;

Contexto Local - Município e Região;

Contexto Político (conjuntura, histórico e projetos de lei em andamento);

Condições Legais de Emancipação;

GT2 - Grupo de Trabalho sobre casos de emancipação:

Casos de emancipação efetivados, suas condições de emancipação;

Casos de não emancipação e suas condições de manutenção de vinculação;

GT3 - Grupo de Trabalho sobre infraestrutura:

Estrutura física;

Estrutura tecnológica;

Estrutura organizacional;

Cargos e funções;

Orçamento.

Foi deliberado pela comissão que os GT's seriam presididos por membros titulares da CCD e secretariados por membros titulares ou suplentes da comissão.

Coube ao presidente da CCD realizar uma leitura prévia e sumarizar, na forma deste relatório, o conteúdo apresentado individualmente pelos GT's. Este relatório, após aprovação na CCD, será publicizado, servindo como parâmetro e guia para os debates programados pela CCD, democratizando as informações no âmbito do Campus GV da UFJF, da sede da UFJF e da comunidade externa de Governador Valadares. Cabe esclarecer que este relatório não se propõe a ser o documento definitivo e nem apresentar relação de causa e efeito nas diferentes situações, mas pontuar e problematizar, no período estabelecido, os dados disponíveis para cada tópico orientativo da proposta de metodologia para o debate (Resolução nº 05. 2022 do CONSU).

A amplificação democrática e a incorporação de diversas posições, dados e fatos, argumentos e justificativas para as ponderações aqui apresentadas, com a participação voluntária dos membros da comunidade acadêmica, assim como das diferentes representações coletivas de classe da universidade, faz parte dos objetivos dessa comissão, colaborando para os próximos encontros, debates e reuniões que serão organizados e conduzidos pela CCD.

Da mesma forma, a incorporação de elementos relacionados ao quadripé norteador das atividades intrínsecas das Universidades - Ensino-Pesquisa-Extensão-Inovação - elementos não presentes no roteiro da proposta de metodologia, é um ponto de especial relevância e será devidamente fomentado nos diversos debates públicos a serem realizados na sequência da condução do trabalho da comissão.

Considerando esses pontos, a presidência da CCD considerou profícuo realizar mínimas alterações no conjunto de relatórios dos GT's, uma vez que entende que o trabalho desenvolvido por esses grupos esteve aberto à participação democrática e voluntária da comunidade acadêmica. A condução do trabalho de cada um dos GT's iniciou-se com o convite formal e amplo, pelos canais institucionais, para a participação da comunidade do Campus GV nas discussões, com a apresentação de documentos, fatos, notícias, situações-problema, experiências adquiridas e qualquer outra informação relevante e sugerida pelos participantes, de acordo com o tema alvo de cada GT.

Nota-se, portanto, no relatório gerado por cada GT, um conjunto de dados, relatos e informações diversificadas, no limite dos prazos e da participação voluntária que cada GT recebeu. Resta-nos o desafio de ampliar a participação de servidores, estudantes e comunidade externa, em todas as linhas conduzidas por cada grupo, para as próximas etapas do cronograma publicado pela comissão. É importante reforçar também que cada oferta

voluntária que surgiu até aqui, para colaboração com os grupos de trabalho, precisa ser considerada, dada a importância do envolvimento de cada servidor, de cada estudante ou agente externo que se disponibilizou para colaborar com o trabalho, também voluntário, dos membros dessa Comissão da Condução do Debate.

Pretende-se, durante as próximas etapas, incorporar mais análises e impressões da comunidade, que poderão ser apresentados nos eventos futuros divulgados no cronograma da CCD. Os novos dados e informações poderão constar no relatório final da CCD, a ser apresentado oportunamente ao Conselho Gestor do campus GV e ao CONSU.

A partir daqui, o relatório estará dividido em 3 (três) partes. Na primeira é contemplado o conteúdo captado e organizado pelo GT1, com o somatório de contextos; na segunda o conteúdo captado e organizado pelo GT2 sobre os casos de emancipação; e na terceira o conteúdo captado e organizado pelo GT3 sobre pontos relacionados à infraestrutura e orçamento.

PARTE I – CONTEXTOS

1. Histórico

Para direcionar nossa atenção sobre a história de Governador Valadares-MG e observar, mesmo que de forma embrionária, o histórico de implementação do Campus da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) neste município, retrocedemos nosso olhar, *en passant*, para a história deste território.

No início do século XIX, o Sertão do Rio Doce, sertão ou certão, terra sem fé, lei ou rei, era um termo que distinguia as paisagens conquistadas e civilizadas das paisagens passíveis de serem descobertas, conquistadas e incorporadas. Neste tempo, em que existia o “barulho da mata”, das aldeias de índios, sem gado, sem cercas, “Deus pisava o chão das aldeias.” (Laurita Krenak, 1989, apud SOARES, 1992).

Em 1808², a Carta Régia de 13 de maio declarava guerra ofensiva aos Botocudos e a outros povos indígenas habitantes das zonas de florestas (sertão). Esta Carta Régia dividia o território do sertão do Rio Doce em seis partes. De uma destas repartições, 6ª Divisão Militar do Rio Doce, Quartel de D. Manoel (Figueira) localizado às margens do Rio Doce, o povoamento de um aldeamento (atualmente Governador Valadares) circunscrito ao arraial de Peçanha, às margens do Rio Doce começava a surgir.

Sobre a colonização deste território de Governador Valadares, centrada na memória do tempo da estrada de ferro (Vitória a Minas – 1903/1950), do colonizador: fazendeiros, políticos, oficiais dos quartéis militares, comerciantes, madeireiros, miqueiros, construtores, entre outros; a estes chamamos pioneiros. Por eles, uma história do território de Governador Valadares foi desenhada em um processo linear e uniforme. Processo através do qual as pessoas pioneiras transformaram o ambiente hostil e selvagem deste lugar em um espaço em prol, segundo sua visão, do benefício do progresso e do bem comum. Neste sentido vale trazer ao diálogo os pensamentos:

[...] Construiu-se um espaço de referências simbólicas que, antes de ser real, foi lugar imaginário de riquezas, território onde não se podia penetrar, mas mandava-se que entrassem; onde não se podia explorar ouro, mas ordenava-se que o descobrisse; terra de índios antropófagos, mas onde não existia indício de canibalismo; campos de esmeraldas, mas onde não existia jazida e nem campo.

² Foram 11 anos de guerra ofensiva, chamada ‘justa’ (de 1808 a 1819), a um dos impedimentos estabelecidos pelos profissionais de pesquisas para o governo português (1779) existentes na região do Rio Doce. Os impedimentos ao desenvolvimento eram: os índios botocudos; as febres, as cachoeiras do Rio Doce. As propostas para vencer esses problemas eram: acabar com os índios que ocupavam a região; incentivar a mineração no Rio Doce, incentivar a agricultura, incentivar o comércio. (SOARES, 1992).

[...] De todas as imagens, a mais intensa e recorrente foi a do Botocudo: índios antropófagos, terror dos brancos e dos outros índios.

[...] A imagem do Botocudo foi construída com cores fortes: "terror das florestas do rio Doce"; "insaciáveis em carne humana"; "nação ferocíssima"; "última expressão dos aimorés decadentes"; "formidáveis canibais"; "traíçoeiro"; "bárbaro"; "feroz"; "temível"; entre outras. A essas ameaças contrapôs-se a única alternativa considerada possível: a guerra. O termo foi utilizado tanto para indicar as medidas defensivas implementadas (guerra defensiva), como para as operações de conquista militar (guerra ofensiva) (ESPÍNDOLA, 2005, p.224).

O sertão do Rio Doce, no imaginário do colonizador, era uma mata que escondia riquezas minerais em ouro e pedras preciosas (montanha de esmeralda). Importa referir aqui a construção de um território que teve várias denominações, refletindo momentos específicos de sua história. De Porto Dom Manuel (Porto das Canoas) (1808) passou para Distrito do município de Peçanha (1884) tornando-se Santo Antônio de Figueiras (1884), depois Figueiras (1937) e finalmente Governador Valadares, em 1938 (ESPÍNDOLA, 2005; FONSECA, 1985).

As primeiras atividades urbanas se desenvolveram nas margens do Rio Doce, onde se situa hoje o bairro São Tarcísio. O processo de industrialização de Governador Valadares inicia-se com a criação da fábrica de banha e sabão localizada na denominada Rua de Baixo, atual Avenida Brasil. Na década de 1940, o desenvolvimento econômico é alavancado pela malha rodoviária. No final da década de 1950, a pavimentação asfáltica da Rio-Bahia se tornou a principal bandeira de mobilização do empresariado de Governador Valadares, por meio da Associação Comercial (PEREIRA, ESPÍNDOLA, MARTINS; 2019).

Na década de 1960, as atividades extrativistas dão sinais de esgotamento, a crise da mica profere um golpe fatal para com a economia do Município e a pecuária de corte e leite transforma-se na atividade econômica mais significativa. Ainda nessa década, o "boom econômico" se faz presente nesse território com a criação do Plano de Desenvolvimento Local Integrado do Município de Governador Valadares (PDLIM; 1973). As décadas seguintes foram apenas expressão do crescimento do setor de serviços, em destaque para o setor de saúde e o educacional.

Paralelamente, a partir da década de 1970, um ciclo econômico não sustentável, de processo migratório, se desenvolve em paralelo aos ciclos econômicos oficiais. A reflexão sobre o surgimento e consolidação desse território permite elaborar um pensamento sobre a necessidade de se (re)pensar seu futuro de forma racional, sem lendas, priorizando o desenvolvimento sustentável.

No decorrer da década de 1980, o processo de redemocratização vivido por toda a sociedade brasileira, apontou para o ultrapasse relacionado a questões educacionais. Consubstanciado nos preceitos constitucionais da

carta magna de 1988, no Título VIII, Da Ordem Social, no capítulo III da Educação, da Cultura e do Desporto, Seção I da Educação, artigos 205 *usque* 214, especificamente ao princípio da coexistência pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino (art. 206, III), inicia-se um processo de sonhos e lutas para com o alcance e implantação de uma universidade pública em Governador Valadares.

A implantação do Campus da UFJF em Governador Valadares foi aprovada em 2012, pelo Conselho Superior da universidade (CONSU), como parte do Programa de Reestruturação e Expansão as Universidades Federais (REUNI), conforme consta no processo interno 23071.000766/2012-06.

Após a aprovação, as atividades se iniciaram em 19 de novembro de 2012. Hodiernamente é oferecido um total de 850 vagas anuais, em 10 cursos de graduação presenciais, sendo quatro cursos na área das Ciências Sociais Aplicadas e seis cursos na área das Ciências da Vida, a saber: Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Direito, Educação Física, Farmácia, Fisioterapia, Medicina, Nutrição e Odontologia.

Além dos cursos de graduação, o Campus GV oferece também Mestrado Profissional em Ensino de Biologia, Mestrado e Doutorado em Educação Física, Mestrado e Doutorado em Bioquímica e Biologia Molecular, Mestrado em Ciências Aplicadas à Saúde, além de duas pós graduações *lato sensu* – especialização em Ciência e Tecnologia de Alimentos e especialização em Saúde Estética.

Possui atualmente uma média de 3.400 alunos de 3.762 previstos; 452 servidores de 585 previstos no processo 23071.000766/2012-06. Em decorrência da paralisação das obras do campus, por razões diversas, os cursos encontram-se atualmente alocados nas instalações alugadas, sendo elas: Unidade São Pedro, Faculdade Pitágoras (Contrato 24/2022), Asta Empreendimentos Imobiliários Ltda (UNIPAC, Contrato 57/2015), Atos Treinamentos e Serviços (Funorte, Contrato 85/2015), Associação Brasileira de Odontologia (ABO, Contrato 25/2018), Unidade Vila Bretas (Contratos 12/2019 e 41/2021).

Apesar das instalações alugadas, é válido salientar que vários cursos se destacam nas avaliações realizadas pelo Ministério da Educação (MEC), com notas superiores a muitas dos cursos da sede. O Campus GV oferece aos seus discentes, para além da graduação e da pós-graduação, oportunidades em projetos de extensão, pesquisa e inovação, bem como treinamento profissional³.

Por outro lado, o Campus Governador Valadares não dispõe de autonomia administrativa e financeira, tendo suas rotinas administrativas

³ Disponível em

<https://www.ufjf.br/contabeisgv/institucional/avaliacao-institucional/plano-de-desenvolvimento-institucional/>

dependentes, em maior ou menor grau, da sede em Juiz de Fora. Mesmo a tentativa de dinamização das atividades, com a criação de uma Direção Geral para o Campus de GV e de duas unidades acadêmicas (Instituto de Ciências da Vida e Instituto de Ciências Sociais Aplicadas), não cumpriu com a perspectiva de tornar os processos administrativos e burocráticos do campus menos dependentes de decisões e/ou trâmites finais decisórios centralizados na sede em JF. Embora a UFJF tenha cumprido seu papel em efetuar a implantação do campus, é fato que a centralização de processos, finanças e decisões numa sede localizada a 453 km pode comprometer as boas práticas administrativas, que por sua vez leva a atrasos nos processos e até mesmo a eventual desperdícios de recursos públicos ou utilização ineficiente dos mesmos. Tal cenário torna os processos morosos, as tomadas de decisão mais lentas e, sendo estas decisões tomadas por atores distantes da realidade local, sugere-se que muitas dessas decisões podem não atender a realidade local ou serem inaplicáveis ao contexto local.

Sendo assim, importa mencionar que o desenvolvimento desse campus, portanto, vai depender da dinâmica de planejamento e gestão das suas atividades, o que nos leva a refletir sobre o contexto das suas rotinas administrativas, hoje dependentes do Campus Juiz de Fora.

2. Contexto de dificuldades administrativas

O contexto de formação do Campus GV, desde 2012, é marcado por um processo de interação administrativa com a sede em Juiz de Fora, que passou por diversos formatos no decorrer do tempo, a depender das reitorias e do cenário político nacional. Certamente, a dinâmica dessa interação foi determinante para atual situação do Campus GV, o que também expõe uma série de dificuldades e de conflitos institucionais e administrativos, os quais simbolizam consistentemente a atual discussão sobre a emancipação do Campus GV

Conforme consta no processo 23071.000766/2012-06, os cursos do Campus GV foram criados por meio de expansão de vagas dos cursos da sede. Desse modo, quando o Campus GV foi implantado, os Departamentos e Cursos eram vinculados ao campus sede, de modo que, além das decisões administrativas, as decisões acadêmicas também eram tomadas por lá. Como as atividades on-line (reuniões de trabalho, reuniões colegiadas, bancas etc.) não estavam regulamentadas na época, somada à infraestrutura de tecnologia da informação ainda precária, era comum o deslocamento dos gestores de do Campus GV para a sede em JF, enfrentando uma distância de mais de 450 km para participarem das reuniões.

Até o ano de 2015, todas as decisões acadêmicas dos cursos eram subordinadas às unidades acadêmicas da sede. Por exemplo, a estrutura de departamento e curso de Medicina do Campus GV fazia parte da Faculdade

de Medicina de Juiz de Fora, de tal modo que as decisões que cabiam à unidade eram tomadas pelo Diretor em JF ou pelo órgão colegiado correspondente da faculdade, denominado Conselho de Unidade, também em JF. Assim ocorreu com os demais departamentos/cursos.

Como nem sempre era possível os deslocamentos, por falta de recursos orçamentários, indisponibilidade de veículos ou simplesmente por falta de tempo hábil para confecção da documentação para viagens via Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP), o Campus GV ficava prejudicado pela falta de representação naqueles espaços. Como resultado, algumas decisões para o funcionamento do campus foram tomadas em reuniões com participação exclusiva de servidores lotados no Campus Sede.

Considerando o fato de que toda universidade é um organismo complexo, possuindo setores administrativos e acadêmicos, é natural a existência de uma heterogeneidade de ações a serem adotadas para a criação de um campus. Contudo, o que se observou foi que a implantação de cada curso aconteceu dentro de ritmos diferentes, que por sua vez dependeram de fatores políticos internos da universidade. A consequência foi que muitos cursos se desenvolveram com maior ou menor velocidade, já que, exceto pelo documento do processo 23071.000766/2012-06, a universidade não desenvolveu nenhum outro documento complementar que estabelecesse uma estratégia de implantação e consolidação do Campus GV.

A falta de um planejamento estratégico para a implantação/consolidação do Campus GV gerou dificuldades de gestão, que vão desde atrasos nas rotinas acadêmicas, como demora na emissão de diplomas, no estabelecimento de contratos e convênios e atrasos em processos licitatórios, que acabam por gerar retrabalho, e falta de eficiência da máquina pública.

Somando-se os fatores 1) distância da sede, 2) falta de metodologia de implantação/consolidação do campus, 3) falta de autonomia administrativa/financeira, 4) paralisação das obras do campus universitário, 5) elevada demanda por contratos de locação para viabilidade dos cursos, 6) ausência de assessoria jurídica própria; como consequência, veio se desenvolvendo no decorrer dos seus 10 anos de campus, uma série de dificuldades e conflitos administrativos que podem ter levado ao comprometimento do desenvolvimento do Campus GV.

A possibilidade de emancipação e, conseqüentemente, a criação de uma Universidade Federal independente em Governador Valadares, parte da lógica da necessidade que uma parte (normalmente aquela subordinada à outra) levanta com o propósito de desligamento das relações institucionais e administrativas de co-dependência compulsória, para alcançar autonomia institucional e administrativas necessárias para o desenvolvimento do campus. São essas relações administrativas, reveladas em uma rede de hierarquias entre Campus JF e Campus GV, que pode ter indicado, ao longo dos anos, as dificuldades e complexidades inerentes a esse tipo de relação

intercampi. Tais relações administrativas estão registradas, desde a inauguração do Campus GV, por meio das diversas experiências acumuladas por técnicos administrativos, coordenadores e gerentes setoriais, diretores de unidade, chefes de departamento e coordenadores de curso. É do somatório dessas experiências, ofertando um contexto administrativo, que é possível avaliar a dificuldade envolvida na vinculação política, administrativa e institucional do Campus GV à gestão em Juiz de Fora.

A partir dos convites oficiais para colaboração nos grupos de trabalho, gestores e ex-gestores, que exerceram atividades administrativas no Campus GV, sugeriram e se disponibilizaram, além de terem indicado nomes ao grupo de trabalho da CCD para coleta de dados, ofertando um conjunto de depoimentos identificados, devidamente autorizados por seus autores. Esses relatos podem ajudar na compreensão do contexto de dificuldades e conflitos administrativos⁴:

13

2.1. Por parte da Direção Geral do Campus GV

“Por já ter acompanhando 4 mandatos de reitores na UFJF, informo que as críticas que cito no meu depoimento não são direcionadas aos reitores, mas sim, ao modo como o campus sede tratou a implantação do campus GV. Seguem os fatos: após minha posse, identifiquei uma completa falta de planejamento na implantação do campus, haja visto que não tínhamos lugar para trabalhar. Da posse até o início das atividades em 19/11/2012, a situação persistiu e, somente em 12/2012, fomos alocados no prédio do Pitágoras, mas sem nenhum contrato firmado junto à empresa. Além das salas, ninguém tinha noção do funcionamento dos laboratórios, gabinetes, sala de informática, além do que não tínhamos telefone nem internet. A sensação era que havíamos sido “jogados” em Valadares. Não temos relato de situação similar em outros campi avançados de outras universidades! Como não tínhamos nenhum conhecimento da estrutura administrativa, efetuava inúmeros telefonemas para a sede, sempre utilizando meu telefone pessoal, gerando pra mim, uma elevada despesa telefônica. Os chefes de departamento/coordenadores ficavam à mercê da boa vontade de servidores da sede, que muitas vezes também se mostravam perdidos no processo. Aqueles cursos/departamentos que tivessem a sorte de estarem ligados a uma unidade acadêmica atenciosa, como foi o caso da Farmácia, conseguiam avançar mais. Outros departamentos/cursos tiveram um progresso muito mais lento, com prejuízos detectados até os dias atuais. Até por volta de 2019, as decisões colegiadas ocorriam somente presencialmente em JF. Como nem sempre era possível os deslocamentos dos gestores, por falta de dotação orçamentária, indisponibilidade de veículos ou simplesmente falta de tempo hábil para confecção da documentação para viagens, o campus acabava ficando prejudicado pela falta de representação nos colegiados. Muitas das decisões críticas para o

“para a melhoria da infraestrutura, é necessário recurso de capital (investimento). Tal rubrica é repassada para as universidades pelo MEC de forma totalmente discricionária [...] Caso ocorra a emancipação, teremos maior capacidade de articulação junto ao Governo Federal para captação de recursos”

⁴A presidência da CCD foi autorizada pela comissão a fazer ajustes pontuais e correções ortográficas, inclusive nos depoimentos ofertados, desde que o conteúdo não sofresse qualquer alteração de sentido.

funcionamento do campus foram deliberadas por servidores que nunca vieram a Valadares. Ainda, no primeiro ano de funcionamento, houve a possibilidade de mudarmos os cursos da saúde para as instalações da UNIVALE. Lá houve um certo progresso institucional, com a viabilidade de laboratórios de ensino e pesquisa, que permitiram a criação do primeiro programa de pós-graduação. No 2º e 3º anos de campus, com o início das obras no Rancho Miúra IV, houve até uma certa esperança de consolidação, mas que se esvaiu com a paralisação das obras. De forma concomitante, problemas relativos à gestão dos contratos se agravaram com constantes interrupções de pagamentos, seja por problemas de regulamentação das contratadas, seja por atrasos no pagamento pela própria UFJF, gerando impasses para renovação de contratos e demandas por reconhecimentos de dívidas. Não sei por qual motivo, os contratos da UFJF com as locatárias, até final de 2016, eram de apenas 1 ano. Ninguém explicava o motivo de tal postura, me levando hoje a acreditar que havia falta de vontade institucional, já que a partir de 2017, passaram a existir contratos com validade superior a 1 ano: 57/2020 (UFJF/Asta), 12/2019 (UFJF/Jokarla) e 41/2020 (UFJF/Jokarla).

Cabe relatar que contratos mais longos nos garantem uma maior estabilidade num cenário de ausência de estrutura definitiva, além do que, esta prática já é executada por outros órgãos para reduzir demandas administrativas. As consequências dos atrasos nos pagamentos somadas à insistência em contratos tão curtos (1 ano), independente do culpado, foram as inúmeras situações de constrangimento que a comunidade acadêmica passou, como proibições de usar ambientes das contratadas, com interrupções de aulas e pesquisas e até mesmo proibições de usar banheiros.

Outro exemplo importante a ser relatado diz respeito ao recurso de 25 milhões de reais em capital, que constava na Lei Anual Orçamentária de 2016 (aprovada pelo congresso em 2015) para retomada das obras do campus. Por algum motivo, o recurso foi parcialmente convertido em custeio para pagamento dos aluguéis do campus GV e o restante (10 milhões), o campus nunca recebeu. Em 2015, o Campus GV passou por um avanço significativo, quando foi deliberado pelo CONSU a Resolução 35/2015 que estabelece a estrutura administrativa do Campus GV, até então não formalizada institucionalmente. Com a referida resolução, foram criadas as duas unidades acadêmicas - o ICV e o ICSA - com suas respectivas unidades orçamentárias (UOs), o que garantiu mecanismos mais precisos para transparência e monitoramento orçamentário.

Em 2017, o ICV passou por um momento crítico, quando a UNIVALE não aceitou a renovação do contrato com a UFJF, alegando inúmeros atrasos no recebimento dos aluguéis de 2016, mesmo estando eles com a situação cadastral regularizada. Com isso, a comunidade do ICV foi forçada a mudar novamente de instalações, retornando parte da infraestrutura para Pitágoras e mudando outra parte para a UNIPAC. A mudança foi muito complexa, com transporte de inúmeros itens patrimoniados, materiais de consumo, mobiliários, etc. Apesar da disponibilização de pessoal para transporte de materiais, a mudança foi caótica, mesmo porque estava previsto para retomada das aulas somente 15 dias após a mudança, e sem qualquer movimentação institucional para alteração do calendário acadêmico. Em diálogo com a UNIPAC, nos foi informado que a instituição não teria a menor condição de efetuar as obras para os laboratórios, pelo fato do contrato com a UFJF somente ter sido firmado em 23/08/2017, 7 (sete) dias antes das mudanças.

No decorrer dos anos, os atrasos nos pagamentos dos aluguéis persistiram, mesmo com a regularidade fiscal das contratadas, acarretando na continuidade dos constrangimentos da comunidade acadêmica, especialmente dos gestores. Por vezes nos foi dito que um dos motivos causadores dos atrasos era a falta de orçamento. Contudo, quando fui Diretor do ICV, pude identificar na UO GV Saúde, que pela falta de real autonomia financeira (por exemplo, para lançar licitações), devolvemos por várias vezes quantidades expressivas de recursos: R\$ 496.717,93 em 2016; R\$ 877.114,07 em 2017; R\$ 488.190,45 em 2018; R\$ 254.491,18 em 2019; R\$ R\$ 676.759,12; totalizando um montante de R\$ 2.793.272,75. Este montante nos traz a reflexão de que o principal problema do campus não é o orçamentário, mas sim, de autonomia para gerenciar seus processos e recursos. Outro problema extremamente comum

é a perda de servidores para o Campus sede. Atualmente, não existe mecanismo de recomposição de vagas de servidores removidos por motivos de saúde, de modo que a força de trabalho da sede aumentou às custas de um prejuízo com sobrecarga de trabalho no campus GV para alguns Departamentos. O que temos apelidado criticamente aqui no campus GV como “juizdeforaoduto”.

Durante o auge da pandemia da COVID-19, pude verificar que a falta de autonomia acarretou dificuldades para retomada dos estágios do ICV, simplesmente pelo fato da UFJF ter aprovado um protocolo de biossegurança muito bem aplicável à sede em JF, mas com sérias dificuldades de aplicação em GV, especialmente, em decorrência da nossa convivências em espaços alugados compartilhados, onde não podemos efetuar intervenções por restrições legais. Somente com os elementos aqui citados, entendo que para que o campus possa melhorar sua infraestrutura, gerenciar melhor seus recursos humanos, reduzir a evasão de servidores e estudantes, captar mais e devolver menos recursos, possuir assessoria jurídica própria (disponibilizada pela Advocacia Geral da União para toda nova universidade), seria fundamental o avanço do processo de emancipação.

Finalizo dizendo que para a melhoria da infraestrutura, é necessário recurso de capital (investimento). Tal rubrica é repassada para as universidades pelo MEC de forma totalmente discricionária, a depender de projetos específicos e das estratégias políticas junto aos ministérios. Isso significa que não existem mecanismos regulamentados para se estabelecer junto às universidades o repasse de recursos de capital. Caso ocorra a emancipação, de forma similar às demais universidades que emanciparam, teremos maior capacidade de articulação junto ao Governo Federal para captação de recursos.”

Ângelo Márcio Leite Denadai. Docente. Departamento de Farmácia. (Diretor Geral do Campus de 2021 até o momento; Diretor de Unidade ICV entre 2016 e 2021; Coordenador Acadêmico entre 2015 e 2016; Chefe de Departamento entre 2012 e 2015).

2.2. Por parte das Coordenações de setores da Direção Geral do Campus GV

“Minha experiência no cargo administrativo de Coordenador de Gestão de Pessoas foi de luta diária desgastante por equidade de condições. Tive que ir atrás de todos os relatórios de vagas da implantação do campus GV e, junto ao Diretor à época, descobrimos diversos códigos de vaga que deveriam pertencer ao campus GV, mas que foram redirecionados ao campus JF. Tive que buscar o retorno dessas vagas numa disputa com as várias outras unidades do campus sede, sempre com muita dificuldade. Eu que tinha que buscar informações sobre quais vagas eram do campus GV e estavam, de algum modo, retidas em

“a emancipação é condição fundamental para o desenvolvimento do Campus GV, pois teremos autonomia administrativa e financeira para lidarmos com as nossas demandas”

JF, e solicitar providências para que fossem providas aqui. Ademais, com a grande quantidade de servidores residentes em Juiz de Fora que atuavam no campus GV, foi com uma dificuldade enorme que consegui convencer a PROGEPE a realizarmos a remoção desses servidores para o campus sede e abrir um concurso para GV com as vagas geradas, procedimento que foi extremamente difícil de convencê-los e que devolveu a alegria às diversas pessoas, dando oportunidade a outras que queriam atuar em GV e que são da região. Tudo isso, atuando em um cargo de nível e responsabilidade que demandaria um “Cargo de Direção” (CD), mas recebendo apenas uma função gratificada (FG),

pois a resposta da Sede sempre sinalizou que não havia cargos de direção para o campus GV. Isso foi muito importante, considerando o alto número de servidores que foram removidos, sem contrapartida, para o campus JF por motivos de saúde.

Um dos piores episódios que vivenciei profissionalmente foi o descaso do concurso público para TAE's em 2014, onde alguns servidores que passaram nas vagas para o campus GV nunca aqui pisaram, sem muitas satisfações. Outro ponto que causou frustração no período em que fui gestor foi a falta de planejamento com o campus e, particularmente, no planejamento de pessoal. Um exemplo claro disso foi a dificuldade na contratação de terceirizados para o campus. Foram anos sem esses profissionais e hoje a quantidade que foi contratada é mínima, sendo que o campus JF possui, mesmo proporcionalmente, uma quantidade muito, mas muito maior do que o campus GV. A ausência de uma procuradoria no campus também pesa muito, meus colegas gestores e eu tivemos que atuar, por muitas vezes, sem a segurança jurídica devida.

Além disso, por muitos anos, foi solicitado que a PROGEPE repassasse algumas atividades administrativas para o campus GV, de modo a agilizar o atendimento prestado aos nossos servidores, como o cadastro de benefícios e atualizações no sistema, no entanto, mesmo com servidores altamente capacitados na Coordenação de Gestão de Pessoas, os pedidos eram quase sempre negados e o setor em GV se resumia a encaminhar as demandas para a PROGEPE, o que causava grande desconforto e desmotivação nos colaboradores e frustração aos servidores que atendíamos. Como gestor de pessoas pude ainda acompanhar a luta diária dos colegas Coordenadores Administrativo e também Acadêmico, bem como do Diretor Geral. Um resumo desse acompanhamento era a dificuldade em conseguir contato com a Administração Superior, conseguir dotações orçamentárias, informações. A distância física sempre foi um dificultador tremendo para que as demandas do campus GV fossem ouvidas, mesmo em tempos de reuniões por videochamadas. Esse relato independe de quais atores ocupavam os cargos mencionados, pois é direcionado de forma genérica às situações vividas rotineiramente.

Desse modo, a emancipação é condição fundamental para o desenvolvimento do Campus GV, pois teremos autonomia administrativa e financeira para lidarmos com as nossas demandas. Mesmo que os recursos da nova instituição sejam escassos, NÓS decidiremos como alocá-los, ao invés de ficar sempre de pires na mão solicitando humildemente que seja FINALIZADO o campus (sem campus) GV."

Renato Araújo - Técnico Administrativo ("Coordenador" de Gestão de Pessoas de 2014 a 2019).

"Pude acompanhar de perto toda a trajetória e transformações ocorridas em nosso campus, participando ativamente de algumas. Sobre o tema universidades multicampi, tive a oportunidade de estudar um pouco, sendo o foco de minha dissertação de mestrado e de um artigo publicado.

Minha experiência como servidor e gestor na relação entre a sede e nosso campus foi frustrante e desgastante em vários aspectos. São inúmeros os episódios que nos causaram indignação e inúmeras as evidências de preterimento ocorridas em desfavor do Campus GV, o que demonstra que esse modelo organizacional não funciona bem. É fato que os grandes protagonistas do desenvolvimento do Campus GV são seus servidores e alunos, que por meio das lutas e pelas soluções criativas vem ajudando o campus a se fortalecer.

Seria insensato atribuir o mal funcionamento dessa estrutura (multicampi) aos servidores lotados em JF. Pelo contrário, posso afirmar que em sua grande maioria, os servidores da sede têm nos ajudado e desempenharam um papel importante em nosso processo de aprendizagem. Coloco o verbo "desempenharam" no passado pois acredito que já

"A ideia de emancipação representa um pressuposto claro de aumento de investimento em educação, e essa ação política, por si só, merece defesa irrestrita, afinal, educação não é custo, é investimento"

atingimos o ponto de estagnação em nossa curva de aprendizagem, restando pouco a ser aproveitado dessa tutoria.

O sistema multicampi se caracteriza como um sistema disfuncional e contraditório em vários aspectos. Seu propósito máximo, que é gerar economia de recursos a partir da redução dos meios na expectativa de se obter o mesmo fim, não se observa na maioria dos casos. Cito aqui a professora Nádia Fialho (2005) que resume bem as desvantagens desse modelo em um trecho do seu livro intitulado "Universidade Multicampi" da editora Plano: "A dispersão geográfica de unidades institucionais cria dificuldades de natureza administrativa e de gestão acadêmica. Emergem problemas referentes à construção de uma identidade orgânica da instituição, com reflexos negativos no seu desempenho".

As estatísticas mostram que a qualidade da educação é diretamente proporcional à quantidade de recursos investidos e por isso sou crítico de políticas que focam na lógica de eficiência gerencialista combinada com a pretensão de "estado mínimo" neoliberalista. A ideia de emancipação representa um pressuposto claro de aumento de investimento em educação, e essa ação política, por si só, merece defesa irrestrita, afinal, educação não é custo, é investimento.

Não é o caso de adentrar neste relato nas especificidades, benefícios e desafios que podem ser concebidos com a emancipação (fica aqui o convite aos leitores de conhecerem nossos estudos⁵). Mas acredito que a emancipação, com a garantia dos recursos mínimos, hoje é o caminho natural para o desenvolvimento do Campus GV e de sua comunidade acadêmica."

Ricardo Grunewald, natural de Juiz de Fora. Técnico Administrativo. Administrador. Iniciou suas atividades em novembro de 2012 e egresso da UFJF-JF. (Gerente administrativo entre 2013 e 2015, Coordenador Administrativo entre 2015 e 2017, Gerente Administrativo e Financeiro entre 2019 e 2021 e atualmente Coordenador Administrativo desde abril de 2021).

"Em 2007 tomei posse como professor na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri em Teófilo Otoni-MG, em 2012 fui redistribuído para a UFJF-GV, motivo desta redistribuição foi o fato de Governador Valadares ser a minha cidade natal.

Assumi a chefia do departamento de Economia no biênio 2020-2021 e, diferente dos cargos assumidos na instituição anterior, vivenciei um período de muito desgaste físico e emocional. Por vários momentos pensei em desistir por me sentir frustrado diante de problemas que pareciam insolúveis e até mesmo impensáveis em se tratando de um Campus Avançado de uma universidade federal. Atualmente exerço o cargo de Coordenador Acadêmico do

"Por vários momentos pensei em desistir por me sentir frustrado diante de problemas que pareciam insolúveis e até mesmo impensáveis em se tratando de um Campus Avançado de uma universidade federal"

Campus e vice-diretor geral e os sentimentos e frustrações se não continuam os mesmos aumentaram exponencialmente.

Fazendo uma reflexão sobre minha experiência no Campus avançado da UFVJM em Teófilo Otoni, cujo o Campus sede se localiza na cidade de Diamantina, distante à 404 Km, onde assumi cargos administrativos como Coordenador de curso e chefe de departamento, tenho plena certeza que a sede da UFJF não possui um planejamento administrativo específico para gerenciar as demandas do nosso Campus avançado de Governador Valadares.

O Campus comemora em novembro deste ano 10 anos de existência em Governador Valadares, e tomei posse em 06 de julho de 2012, ou seja, sou testemunha ocular e participante ativo de cada dia de existência do nosso Campus e de todos os problemas e situações que temos vivenciados em uma década de existência, citando aqui, a falta de

⁵ <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/11484>

planejamento administrativo, a falta de autonomia para gerir os recursos financeiros, ausência de condições estruturais mínimas para o desenvolvimento adequado das atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação.

Somos reféns de imóveis alugados por toda cidade; laboratórios, bibliotecas e salas de aula compartilhadas com outras instituições de ensino, tendo que passar pelo constrangimento de sermos convidados a nos retirar de certos ambientes devido ao horário. Sem espaços adequados para reuniões administrativas e/ou atividades acadêmicas. Sem espaços com condição mínima para o atendimento aos discentes que buscam assistência psicopedagógica."

Alex Sander de Moura. Professor Associado Nível 2. Departamento de Economia. (Chefe de Departamento entre 2020 e 2021, Vice Diretor Geral do Campus GV e Coordenador Acadêmico atualmente).

18

"Durante esses anos na gestão pude perceber a grande dificuldade na relação entre o Campus JF e Campus GV. Podemos exemplificar como a própria distância entre as cidades dificulta o nosso acesso aos locais para resolução mais rápida de questões diárias, considerando falta de acesso físico às Pró-Reitorias. Em adição, destaco a lentidão nas respostas administrativas para o Campus GV, sendo facilmente verificável pelos processos SEI, com meses aguardando solução; a falta de inclusão de alguns dos nossos setores em decisões e agendas propostas; a inadequação de protocolos já estabelecidos em JF e que foram repassados a GV, especialmente quando se compara numericamente os servidores dos dois campi; os prazos inexecutáveis com mudanças (algumas vezes descoberta pelo nossos servidores de GV ao acaso); processo de compras (calendário) iniciado sem noção de qual valor tínhamos no Campus. Especialmente, é necessário destacar a grande centralização no campus sede, que dificulta enormemente a gestão em GV.

São necessários inúmeros pedidos, e-mails, ligações, para que processos, do mais simples ao mais complexo, avancem (quando avançam). Muitos deles ficam paralisados por meses, colocando em risco as atividades discentes e docentes, além da saúde mental dos servidores do campus GV que atuam na gestão.

Essas situações indicam que não há compreensão real do que se passa em GV por alguns setores do Campus JF. Não há percepção do que implica a ausência de uma infraestrutura de campus, especialmente diante de contratos sensíveis e que muitas vezes apresentam processos de renovação extremamente lentos, com prazos vencidos.

Apesar de todos os últimos anos de espera por evolução, percebemos que a comunicação não evoluiu de fato, considerando que necessidades básicas ainda não são atendidas em tempo hábil. A emancipação pode ser uma oportunidade de termos um corpo de servidores totalmente dedicado às necessidades da universidade federal em Governador Valadares e da região macroeste de MG, atuando de forma integrada com as cidades da região e em consonância com o cenário político regional.

É uma possibilidade de melhorarmos nossa comunicação com governantes locais, de afinar as parcerias e estruturar a universidade de acordo com o corpo docente, técnico e discente."

Sibele Nascimento de Aquino, cirurgiã-dentista e professora do Departamento de Odontologia da UFJF-GV. Gerente de Graduação e Coordenadora Acadêmica entre os anos 2016 a 2020.

"A emancipação pode ser uma oportunidade de termos um corpo de servidores totalmente dedicado às necessidades da universidade federal em Governador Valadares e da região macroeste de MG, atuando de forma integrada com as cidades da região e em consonância com o cenário político regional"

2.3. Por parte das Direções de Unidades

“Tomei posse em 2008 como docente na Universidade Federal de Alagoas, sendo redistribuída para a UFJF-GV em 2013. A expectativa sobre um grupo de trabalho novo e um campus ‘em construção’ tornaram-se os principais motivadores para meu pedido de redistribuição.

No entanto, já no primeiro ano de UFJF-GV, vivenciei as dificuldades inerentes à confusa administração da sede em relação ao Campus e a plena falta de priorização em relação às necessidades da comunidade acadêmica do Campus e da Sede. Assim, em 2015, após defesa de doutorado, decidi apoiar os colegas comprometidos com a gestão local e tornei-me candidata a vice-direção do Instituto de Ciências da Vida, em 2015-2016.

“a morosidade absurda em nos atender/responder são importantes engrenagens que prejudicam não só as atividades acadêmicas e de pesquisa, como a autoestima e a saúde mental de todos da comunidade acadêmica”

Os desafios e o grande desgaste físico e emocional sempre predominaram em toda a equipe, durante todos os anos de gestão do ICV. Tal desgaste tornou-se sequela emocional ainda hoje nas atividades de docência e de coordenação de importantes iniciativas acadêmicas e de extensão. A ausência de infraestrutura mínima, o descaso financeiro e de gestão da Sede com os problemas gerais do campus (infraestrutura, contratos, convênios, RU, biblioteca, salas dos professores, salas dos departamentos e cursos, laboratórios, salas de aulas, clínicas escolas,

etc.) e a morosidade absurda em nos atender/responder são importantes engrenagens que prejudicam não só as atividades acadêmicas e de pesquisa, como a autoestima e a saúde mental de todos da comunidade acadêmica (docentes, estudantes e TAEs). A sede em JF, nesta longa trajetória histórica de 10 anos de “Campus”, parece não priorizar a resolutividade de nossos problemas e desafios. A burocratização de processos sempre foi a resposta mais oportuna. Desse modo, na minha opinião a emancipação é condição fundamental a existência e ao desenvolvimento do Campus GV, assim como da Macrorregião Leste de Minas Gerais.

Waneska Alexandra Alves - Docente, Pesquisadora e Extensionista. (Vice-diretora do Instituto de Ciências da Vida de 2016 a 2020).

“No período entre 2016 e 2020 exerci o cargo de Diretor do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA), tendo sido o 1º diretor eleito para a unidade acadêmica então recém criada. Essa experiência me permitiu um contato mais direto com a administração superior da universidade e com a dinâmica e dificuldades de gestão de uma instituição de ensino superior federal do porte da UFJF. A UFJF possui muitas dificuldades a enfrentar, como restrições orçamentárias, necessidade de ampliação e reformas de espaços físicos, entre outros. Muitas dessas demandas são oriundas do próprio campus sede que, apesar de ter mais de 60 anos de história, passou, assim como as demais universidades federais, por um significativo processo de expansão que tornaram mais significativas suas demandas históricas. É nesse contexto de expansão que o campus de Governador Valadares surge e, com isso, ampliando as demandas da UFJF com suas necessidades específicas. Diversos fatores contribuíram para que, nesses 10 anos de funcionamento de nosso campus, nossas demandas por infraestrutura,

“Os aproximadamente 460 km que separam as 2 cidades as colocam em regiões diferentes do estado de Minas Gerais, com demandas sociais e realidades distintas. Essa distância física amplia, também, a distância simbólica entre a sede da universidade e seu campus em implantação”

orçamento e outras não tenham sido atendidas a contento. Um dos fatores que muito nos prejudicam é a distância significativa entre Governador Valadares e Juiz de Fora. Os aproximadamente 460 km que separam as 2 cidades as colocam em regiões diferentes do estado de Minas Gerais, com demandas sociais e realidades distintas. Essa distância física amplia, também, a distância simbólica entre a sede da universidade e seu campus em implantação. Em especial, nos cria uma dificuldade na concorrência por recursos já tão escassos frente a outras unidades acadêmicas instaladas na sede. Competimos não apenas por recursos financeiros, mas por atenção e dedicação às nossas demandas próprias. Não obstante, enquanto as unidades acadêmicas instaladas no campus sede lutam por melhorias em suas estruturas, aqui nos faltam as próprias estruturas. Há muitas dificuldades nas relações entre um campus avançado tão distante e sua sede. Por essa razão, frente à possibilidade de uma eventual emancipação, não se pode perder a oportunidade de debater o assunto, pesar as oportunidades e ameaças, os pontos positivos e negativos que tal medida pode acarretar. Tornar-se uma universidade autônoma pode ser a solução mais viável para nossa consolidação na região e no atendimento, se não por completo, da maioria de nossas demandas e necessidades pendentes para que possamos, ainda mais, retornar à Governador Valadares e região, nossos serviços acadêmicos públicos, gratuitos e de qualidade.

20

Denis Perdigão. Docente ICOSA. (Diretor do ICOSA entre 2016 e 2020).

“Ao longo de diferentes governos, cenários econômicos e gestões institucionais, durante o desenvolvimento de diferentes atividades no campus, resta-me evidente fatores dificultadores para o desenvolvimento do campus GV, especialmente, a desarticulação entre os dois campi, desde aspectos básicos, como a gestão da informação e administrativa, até aspectos macro, como na obtenção de soluções concretas que cessem os desafios vivenciados por docentes, técnicos e discentes deste campus.

Desse modo, o processo de emancipação é condição fundamental para o desenvolvimento do Campus GV, o qual possibilitará a articulação real junto ao Governo Federal, visando a solução de demandas históricas e críticas relacionadas a esse campus: a disponibilização de recursos para a construção do campus universitário; a ampliação do quadro de técnicos administrativos, docentes e gestores remunerados; a disponibilização e a gestão de orçamento próprio, compatível com uma instituição autônoma e com as características deste campus. Por fim, a emancipação contribuirá para que a gestão administrativa e as atividades institucionais se integrem de forma efetiva com as demandas do Vale do Rio Doce.”

“a emancipação contribuirá para que a gestão administrativa e as atividades institucionais se integrem de forma efetiva com as demandas do Vale do Rio Doce”

Leandro de Moraes Cardoso – Departamento de Nutrição. Vice-coordenador do Curso de Nutrição, de 2016 a 2018; chefe de Departamento de Nutrição, de 2018 a 2021; Diretor do Instituto de Ciências da Vida, de 2021 até o momento.

2.4. Por parte das Chefiarias de Departamento

“Minha experiência no cargo administrativo de chefe do Departamento de Fisioterapia tem sido extremamente desgastante e frustrante em muitos momentos! Não me parece que a sede possua um planejamento administrativo especialmente voltado para atender as demandas do Campus avançado de Governador Valadares.

Sem planejamento e sem autonomia para gerir os recursos financeiros, ficamos totalmente dependentes das decisões do Campus sede. Decisões demoradas, e que muitas vezes não atendem aos interesses da comunidade acadêmica de Governador Valadares.

Vivemos há quase 10 anos sem condições estruturais mínimas para o funcionamento adequado dos cursos. São imóveis alugados por toda cidade; laboratórios e salas de aulas compartilhadas com outras instituições de ensino; a UFJF-GV não possui uma identidade com a cidade. Como exemplo, a Clínica Escola de Fisioterapia e o DCBV não possuem uma placa de identificação até hoje. Mesmo o prédio tendo sido inaugurado há mais de 7 meses.

“a falta de uma procuradoria no campus avançado sempre dificultou muito o trabalho administrativo. Desse modo, a emancipação é condição fundamental para o desenvolvimento do Campus GV”

Por estarmos a mais de 400 km de distância do campus sede, a realidade vivida em nosso campus não é conhecida por grande parte dos gestores de JF. Portanto, acredito que os problemas tendem a piorar à medida que os anos passam.

Como chefe, enfrentei problemas para locação do espaço para nova Clínica Escola de Fisioterapia. Foram duas licitações frustradas há mais de dois anos, para finalmente conseguirmos um espaço. Também enfrentei dificuldades orçamentárias para aquisições de bens de consumo e permanentes. O orçamento do campus e os recursos sempre são destinados com pouquíssima antecedência. Não há como se planejar. Além disso, a falta de uma procuradoria no campus avançado sempre dificultou muito o trabalho administrativo. Desse modo, a emancipação é condição fundamental para o desenvolvimento do Campus GV”.

Rafael Marina Rezende - Docente. Departamento de Fisioterapia - (Chefe de Departamento entre 2019 e 2022).

“Minha experiência no cargo administrativo de chefe do Departamento de Farmácia, desde o dia de minha nomeação em 12/10/2019, tem sido, no mínimo, desafiadora. Praticamente todos os processos administrativos têm que passar por algum crivo da sede. Inexiste autonomia para a tomada de decisões estratégicas, o que gera constantes atrasos nas programações.

Toda a programação de compras, por exemplo, é realizada na sede, ou deve passar pelo seu crivo. O calendário de compras é unificado, porém, desde 2019, a liberação de recursos é tardia. Todos os anos os recursos financeiros foram dotados para Governador Valadares pelo menos 2 semanas após todas as unidades da sede receberem dotação. Tal fato quebra toda uma programação e planejamento de compras, gerando insegurança em relação aos recursos a serem liberados, possibilidade de efetivação das requisições e impossibilidade de reavaliação do planejamento para melhor adequação. Em 2022, a dotação orçamentária para material de consumo só foi liberada 7 dias após o prazo de requisição enviado pela COSUP.

“Vejo a autonomia financeira e administrativa como pontos fundamentais para o crescimento da Universidade e para sua melhor integração com a comunidade”

Outro ponto a se ressaltar é o atraso para a renovação de todos os contratos do campus GV. Não consigo me lembrar de nenhum contrato que tenha sido renovado sem que houvesse problemas. Acompanhando os processos, vemos que a documentação é gerada pela Direção Geral com antecedência, entretanto nunca há tempo suficiente para a renovação sem a interrupção do serviço. Como exemplo, ficamos 3 meses sem contrato para impressão de documentos (e ocorreram concursos no período) e estamos sem contrato para fornecimento de água mineral.

Não há autonomia para administração dos recursos financeiros e nem previsibilidade de alocação de recursos. As decisões são tomadas pela sede, sendo o viés de decisão determinado pelos gestores de JF, com pouco (ou nenhum) conhecimento da realidade de GV e, apesar desse desconhecimento, sem consulta à comunidade de GV, e ignorando as observações e sugestões dos gestores de GV.

Estamos há 10 anos implantados em GV, mas não ocupamos, neste exato momento, nenhum imóvel próprio. A comunidade não identifica e nem se apropria da existência da Universidade Federal na cidade. O funcionamento em locações gera dificuldade de organização e a renovação dos contratos segue o modelo já explicitado anteriormente. A UFJF já foi retirada da UNIVALE de forma abrupta. A UFJF já deixou de usar alguns espaços por dificuldades e pendências na renovação de contrato.

Para um bom funcionamento da Universidade em Governador Valadares, é necessária uma completa mudança na relação administrativa e na forma de planejar e executar os processos em Governador Valadares. Vejo a autonomia financeira e administrativa como pontos fundamentais para o crescimento da Universidade e para sua melhor integração com a comunidade. Acredito que a emancipação é um caminho válido para esta transformação. Mas não havendo a emancipação, uma modificação profunda na relação administrativa com a sede é requisito primordial para consolidar e alavancar uma Universidade pública, gratuita e de qualidade na região leste de Minas Gerais."

Erly Guilherme Azevedo – Docente. Departamento de Farmácia - Chefe de 2019 a atual).

"Tomei posse em 2014 e minha experiência em cargo administrativo iniciou em fevereiro de 2018, quando assumi a subchefia do departamento de economia, cargo que fiquei por 2 anos. Em fevereiro de 2020, assumi a chefia do departamento, ficando até 2022. Desde minha entrada como servidora, observo uma desorganização administrativa no campus e uma falta de coerência das informações passadas entre campi, impressão que se intensificou após a minha entrada na chefia de departamento.

Fica clara uma falta de planejamento administrativo voltado para atender as demandas específicas de Governador Valadares e uma falta de conexão entre os campi, o que dificulta

"Assim, com 10 anos de campus, não vejo nenhuma melhora na estrutura administrativa e física para o funcionamento adequado dos cursos"

o andamento de processos, obtenção de informações, aquisição de equipamentos necessários e o trabalho administrativo em Governador Valadares. Devido à falta de autonomia administrativa e na gestão dos recursos financeiros, ficamos totalmente dependentes das decisões do Campus sede, havendo constantemente demora nas tomadas de decisões e uma falta de consideração dos interesses da comunidade acadêmica de Governador Valadares. A realidade vivida em nosso campus parece não ser

conhecida ou não ser considerada por grande parte dos gestores de JF, além de haver uma discrepância clara entre as possibilidades e o funcionamento adequado dos dois campi.

Assim, com 10 anos de campus, não vejo nenhuma melhora na estrutura administrativa e física para o funcionamento adequado dos cursos. Desde que entrei na universidade, constantemente vejo professores tendo que gastar recursos do seu bolso para realizar suas atividades básicas, como impressão de prova, por exemplo. Antes e durante a minha chefia,

nunca conseguimos realizar o procedimento de compra de software necessário para as atividades de ensino, pesquisa e extensão dos professores do departamento. Hora há falta de recurso, hora falta de transparência ou demora em relação à verba vinda para Governador Valadares, hora o problema surge no processo de compras devido a uma incompatibilidade de procedimentos administrativos, entre os campi. Quando há recursos, eles chegam tarde e não conseguimos realizar nenhuma compra com o mesmo. Durante a pandemia tentei, enquanto chefe, aproveitar recursos existentes para equipar professores para o ensino remoto e planejar as atividades de ensino, mas a dependência de Juiz de Fora e a falta de clareza dos processos faz com que qualquer tentativa de planejamento seja frustrada.

A ausência de infraestrutura mínima, o descaso e falta de transparência financeira e de gestão da Sede com os problemas do campus, além da morosidade em nos atender/responder prejudicam não só as atividades administrativas como as acadêmicas, de pesquisa e de extensão. Além disso, provoca um desânimo geral dos servidores e afeta a autoestima e a saúde mental de todos da comunidade acadêmica (docentes, estudantes e TAEs). Desse modo, na minha opinião, a emancipação é condição fundamental para o funcionamento adequado e desenvolvimento do Campus GV”.

Juliana Gonçalves Taveira - Docente. Departamento de Economia - (Subchefe de departamento entre 2018 e 2020 e Chefe de Departamento entre 2020 e 2022).

“Durante minha gestão ficou clara a dificuldade de comunicação com o campus sede, refletindo a dificuldade de consolidação do curso de medicina de Governador Valadares, com grande disparidade em relação ao curso do campus sede. Temos inúmeras dificuldades administrativas e acadêmicas, cabendo destacar a falta de um prédio próprio, pois sem salas

“Diante de tal cenário, nos leva a acreditar que a emancipação do campus GV viria para nos conferir uma autonomia para as deliberações do nosso curso de Medicina, atendendo as demandas locais, importantes para a região da cidade de Governador Valadares”

adequadas para as aulas teóricas, há prejuízos acadêmicos para os nossos estudantes. Adicionalmente, atualmente temos corpo docente e de TAEs médicos com um número muito inferior ao necessário, agravado pela falta de ambulatórios e clínicas próprias para as aulas práticas, ficando a mercê de convênios com a secretaria municipal de saúde e outros hospitais privados. Nestes convênios e contratos há sempre problemas operacionais, gerando ansiedade tanto do corpo docente como discente. Episódios de aulas tendo que ser interrompidas por questões contratuais, impedindo por diversas vezes o professor na sua discussão clínica, importante para o aprendizado. Tal fato, por reiteradas

vezes, causa frustrações e desestímulos. Também merece destaque citar que os calendários acadêmicos, de maneira geral, amparam a realidade do campus sede, não considerando nossa realidade em Governador Valadares.

Diante de tal cenário, nos leva a acreditar que a emancipação do campus GV viria para nos conferir uma autonomia para as deliberações do nosso curso de Medicina, atendendo as demandas locais, importantes para a região da cidade de Governador Valadares, principalmente para nossos estudantes, servidores e corpo docente.”

Heder José Ribeiro - Docente. Departamento de Medicina. Chefe do Departamento de 20xx até o momento).

“Resumo minha experiência em função administrativa como desafiadora. Muitos motivos justificam esse adjetivo, mas o que cito ser mais relevante é a dificuldade de comunicação.

Os servidores do campus sede sempre me trataram muito bem, entretanto, vários entraves dificultaram o andamento de inúmeros processos. Esses entraves ocorreram, principalmente, devido à distância entre os campi, por não termos um espaço físico próprio, por não termos um número de servidores suficientes, por dependermos de aluguéis, por precisarmos nos deslocar com frequência, e até a gastar recursos próprios para compra de materiais e participação das reuniões presenciais em Juiz de Fora.

Além disso, temos demandas distintas que muitas vezes não são compreendidas em sua completude, dificultando o andamento das atividades, causando frustrações, sentimento de incapacidade e até prejuízo nas relações interpessoais. Desse modo, acredito que a emancipação possa ser uma condição para o desenvolvimento do Campus GV”.

Ludimila Forechi – Docente. Departamento Fisioterapia (chefe de departamento de 2018 a a 2020).

“temos demandas distintas que muitas vezes não são compreendidas em sua completude, dificultando o andamento das atividades, causando frustrações, sentimento de incapacidade e até prejuízo nas relações interpessoais”

24

2.5. Por parte das Coordenações de curso do Campus GV

“Fui coordenador do curso de Ciências Econômicas da UFJF, Campus Governador Valadares, entre julho de 2019 e julho de 2022. Durante a minha atuação na referida função, tive algumas dificuldades de comunicação com órgãos lotados no Campus de Juiz de Fora. Não foram raros os casos em que demandas ou questionamentos enviados por e-mail não foram respondidos ou respondidos após uma insistente cobrança. Também tive dificuldade de ter uma efetiva participação nas reuniões do Conselho Setorial de Graduação - CONGRAD, dado o modelo de reunião híbrido, isto é, com os conselheiros de Juiz de Fora participando

“acredito que a emancipação do Campus poderá aumentar a eficiência dos processos administrativos desenvolvidos pelas coordenações de curso, em função de uma maior fluidez da comunicação, troca de arquivos e de experiências, uma vez que os órgãos colegiados e pró-reitorias estarão lotadas no mesmo campus”

de forma presencial e os conselheiros de Governador Valadares de forma remota. Em muitas reuniões, nós, os conselheiros de Governador Valadares, não conseguimos acompanhar as discussões porque as falas dos conselheiros de Juiz de Fora não eram captadas pelo microfone. O único período em que verifiquei uma participação sistemática e efetiva dos conselheiros de Governador Valadares nas reuniões do CONGRAD, foi durante a vigência do Ensino Remoto Emergencial, porque todas reuniões eram remotas. Por fim, também percebi que a concentração dos registros acadêmicos discentes na Coordenadoria de Assuntos e Registros Acadêmicos – CDARA (que fica exclusivamente em Juiz de Fora), produzia uma excessiva morosidade no tempo de respostas das demandas apresentadas pelos discentes de cursos lotados em Governador

Valadares. Sendo assim, acredito que a emancipação do Campus poderá aumentar a eficiência dos processos administrativos desenvolvidos pelas coordenações de curso, em função de uma maior fluidez da comunicação, troca de arquivos e de experiências, uma vez que os órgãos colegiados e pró-reitorias estarão lotadas no mesmo campus.”

John Leno Castro dos Santos, Docente. Departamento de Economia (Coordenador de curso entre julho de 2019 e julho de 2022).

“Fui coordenadora do curso de Medicina de Governador Valadares entre 2017 e 2020 e, durante minha gestão, foi clara a dificuldade de comunicação e de interesse de transformar o curso de Governador Valadares em um curso do mesmo nível do oferecido em Juiz de Fora. Sem campus, sem salas próprias, com um número muito inferior de docentes, sem serviços de saúde próprios, os contratos sempre vencendo e deixando todos ansiosos e apreensivos porque não sabíamos como seria o funcionamento da semana seguinte. Aulas interrompidas, porque não podíamos prolongar 30 minutos uma discussão, preceptores desestimulados porque fazíamos promessas de bolsas baseadas nas promessas de Juiz de Fora, que eram atrasadas ou não eram concretizadas. Docentes desestimulados, porque fizeram um concurso que aceitava especialidade, sem mestrado ou doutorado, com expectativa da universidade proporcionar o crescimento profissional docente, estão até hoje frustrados, sem melhora na sua formação. Calendários e programações sempre baseados na realidade de Juiz de Fora, que não atende e não respeita a nossa realidade em Governador Valadares.

“Calendários e programações sempre baseados na realidade de Juiz de Fora, que não atende e não respeita a nossa realidade em Governador Valadares”

25

Entendo que a emancipação é a grande chance de tornarmos a nossa Universidade e nosso curso de Medicina mais próximos do que podemos proporcionar para nossa população, nossos alunos, nossos funcionários e nossos docentes.”

Carina Dantas Ruiz Magalhães, médica e professora do Departamento de Medicina da UFJF-GV (Coordenadora do curso entre 2017 e 2020)

“Estou na coordenação do curso desde maio de 2017 até atualmente (5 anos na gestão acadêmica do curso). Minha experiência neste cargo administrativo evidenciou alguns problemas em fazer parte de um campus avançado, e pior, longe da sede.

O principal problema é a centralização na sede da maioria das decisões e setores. Por exemplo, é indispensável um núcleo da Cdara no Campus avançado a fim de dar maior celeridade no fluxo de atendimento de diversos processos acadêmicos. Além do mais, muitas funções são centralizadas em pessoas e não em setores, o servidor entra de férias e temos que aguardar o seu retorno para dar seguimento a demanda.

“é sempre desoladora, quando a Sede apresenta números sem equidade entre os campi, salvo as devidas proporções. Recursos muito escassos e insuficientes para o pleno funcionamento de todos os cursos e setores administrativos do campus”

O fluxo do processo de compras me parece uma verdadeira injustiça. Somos comunicados em cima do prazo. A sede apresenta um calendário de compras extremamente curto e muitas vezes impraticável. A comunicação é falha. Muitas notas oficiais da

universidade omitiram o Campus GV. Muitas informações importantes não chegam.

Vivemos reféns de contratos de locação, por não ter espaços próprios. Muitos imbróglis devido à renovação de contratos, atraso de pagamento pela sede, entre outros.

Por fim, tem a questão da prestação de contas, que é sempre desoladora, quando a Sede apresenta números sem equidade entre os campi, salvo as devidas proporções. Recursos muito escassos e insuficientes para o pleno funcionamento de todos os cursos e setores administrativos do campus.

Desse modo, entendo que a emancipação é condição fundamental para o desenvolvimento do Campus GV devido à autonomia financeira e administrativa que esta poderá proporcionar, além da possibilidade de considerar as necessidades locais.”

Meirele Rodrigues Gonçalves. Docente. Departamento de Educação Física (Coordenadora de curso de 2017 até o momento).

“Atualmente estou desenvolvendo a atividade de Coordenador do Curso de Medicina, experiência que assumi após exercer a Coordenação da Comissão Organizadora de Estágio. Neste sentido, posso dizer que acumulo mais de 4 anos participando da gestão do curso de medicina do Campus GV.

Ação extremamente complexa e de extrema responsabilidade, que fica arduamente difícil, considerando que estamos em um campus avançado muito distante da sede e que nem todos os membros da gestão em JF conhecem nossa realidade, em especial os membros do CONSU, que por vezes decidem de forma direta ou indireta as ações a serem executadas em Governador Valadares.

A questão de ser um campus avançado tão distante da sede e sem um planejamento adequado de criação, gerou vários entraves que se perpetuam e dificultam de sobremaneira o desempenho dos cursos alocados em GV, entre eles podemos citar:

1- Os atrasos de soluções administrativas e econômicas, por não termos uma gestão própria financeira;

2- Percalços acadêmicos pelas características próprias do campus avançado, que são ampliadas pelo desconhecimento da realidade local e pela diferença da sede, como por exemplo, a falta dos cenários de prática dos cursos do ICV;

3- A falta de uma identidade por não termos estruturas prediais próprias dos cursos, sendo obrigados a ficar em áreas locadas que nem sempre são adequadas e, na maioria das vezes, é sede de outro curso similar ou até igual de outra instituição;

4- Protelações administrativas, que vão de questões acadêmicas até de gerenciamento de contratos, nem sempre intencionais, acredito que por falta de conhecimento e experiência em gerenciamento à distância. Portanto, é extremamente difícil contornar todas as dificuldades inerentes a este distanciamento e torna-se urgente uma resolução para todos esses pontos. Com certeza está sendo uma experiência válida, porém muito trabalhosa e difícil em prol da educação.”

“Portanto, é extremamente difícil contornar todas as dificuldades inerentes a este distanciamento e torna-se urgente uma resolução para todos esses pontos”

Adhemar Dias de Figueiredo Neto. Docente. Departamento de Medicina (Atual Coordenador do curso de Medicina).

3. Contexto local/regional

A relação entre a universidade e seu papel no desenvolvimento das regiões é um debate importante, especialmente pela ampliação da distribuição geográfica e melhoria das oportunidades associadas à instalação dessas instituições nas regiões⁶. Não se pode esquecer que a universidade exerce um papel relacionado à transferência de conhecimento para a sociedade⁷, sendo que as atividades de ensino e de pesquisa não são as únicas desempenhadas. Uma universidade tem efeitos econômicos regionais diretos por conta do investimento em infraestrutura,

⁶ Goldstein; Glaser (2012); Boucher; Conway (2003).

⁷ Uyarrá (2010); Trippl, Sinozic e Lawton Smith (2015); e Harrison e Turok (2017).

renda tributária, consumo, e outros investimentos com efeitos multiplicadores sobre toda a economia da região. Para além do efeito econômico, o desenvolvimento regional se baseia nas relações e nas formas locais/regionais de integração entre os atores dessa região. Assim, a universidade de hoje precisa estar alinhada às questões locais/regionais, por meio de uma rede de cooperação, para facilitar as ações coordenadas, sendo também um dos atores do processo de desenvolvimento regional.

Rolim e Serra (2009) argumentam que a preocupação com a contribuição da universidade no desenvolvimento regional deriva de um intenso processo de globalização e também de um novo olhar sobre a competitividade das regiões e sobre os sistemas regionais de Ciência, Tecnologia e Inovação. O engajamento das universidades com outros atores na região é esperado com o propósito de fornecer respostas às necessidades da região.

Especificamente sobre essa abordagem regional, cabe destacar que a grande heterogeneidade do território ressaltou a urgência de uma revisão das unidades sub-estaduais do espaço brasileiro (IBGE, 2017). Hoje, o que temos é a revisão das unidades em “Regiões Geográficas Imediatas” e “Regiões Geográficas Intermediárias”. É expressivo o aumento verificado na diferenciação interna do espaço territorial brasileiro, como resultado de modificações econômicas, demográficas, políticas e ambientais vivenciadas nas últimas décadas, reforçando a necessidade de atualização do quadro regional produzido na década de 1980. O recorte vigente das regiões incorpora as mudanças ocorridas no Brasil ao longo das últimas três décadas. A região torna-se uma construção do conhecimento geográfico, delineada pela dinâmica dos processos de transformação ocorridos recentemente e operacionalizada a partir de elementos concretos (rede urbana, classificação hierárquica dos centros urbanos, detecção dos fluxos de gestão, entre outros), capazes de distinguir espaços regionais em escalas adequadas (IBGE, 2017).

É nessa direção que se defende uma maior atenção do papel local/regional da universidade, enquanto instituição que precisa se articular, em todas as dimensões (política, administrativa, cultural, social, econômica etc.) com os atores na região onde se instala. Minas Gerais é reconhecido por sua enorme heterogeneidade socioeconômica, possuindo hoje 13 (treze) regiões geográficas intermediárias (Belo Horizonte, Montes Claros, Teófilo Otoni, Governador Valadares, Ipatinga, Juiz de Fora, Barbacena, Varginha, Pouso Alegre, Uberaba, Uberlândia, Patos de Minas, Divinópolis). Deve-se considerar que cada uma dessas regiões possui características distintas e, principalmente, sistemas de integração e relações inter-institucionais também distintas, localizadas em cada unidade regional. Pensando nessa diferenciação, levanta-se também o fato de que cada região, portanto, possui suas próprias necessidades e, sob a ótica da presença de uma universidade pública na região, possui sua própria lógica de interação com essa organização de ensino. O fortalecimento dessa interação universidade-região acontece na medida em que esse espaço do conhecimento

consegue estabelecer dinâmicas personalizadas e regionalizadas, sob as ações de ensino, pesquisa, extensão e inovação. Portanto, para que a comunidade acadêmica da UFJF Campus GV possa criar conexões regionais fortes e sustentáveis, torna-se determinante a construção independente do seu planejamento, dos seus projetos, das suas atividades, visto que a unidade administrativa situada em Juiz de Fora, apesar de sua estrutura e reconhecimento, dificilmente criará as conexões necessárias para atender as necessidades da região de Governador Valadares, no Vale do Rio Doce.

Por fim, mesmo considerando que a UFJF seja uma instituição de ensino superior pública com mais tempo de existência, sua instalação na região intermediária de Governador Valadares encontra barreiras intangíveis, pela falta de identificação regional e baixo capital social (ou de ligação), que não acontece automaticamente no processo de expansão das universidades, com a abertura de campus avançados. Certamente essa política pública de expansão foi determinante para o desenvolvimento local/regional (especialmente para a região de Governador Valadares): há um volume considerável de recursos financeiros empregados; ampliação de oportunidades para pessoas se inserem no ensino superior público na sua própria região; melhoria na formação dos recursos humanos; melhoria dos indicadores regionais de ciência, tecnologia e inovação de forma geral etc. Contudo, pensando na relevância da identificação e integração efetiva de uma universidade federal com seu território, sua ligação e dependência da sede em JF, pode ainda impor limites para uma melhor integração do Campus GV com sua região. Apesar do campus estar fisicamente presente na região de Governador Valadares, ainda se apresenta como uma instituição de ensino superior “de fora”, “estrangeira” e sem personalidade regional.

4. Contexto político

No processo de instalação do Campus GV, o contexto político vivido por representantes do legislativo municipal, estadual e federal da região de Governador Valadares buscava contribuir para uma melhor compreensão dos desafios, dificuldades e possibilidades decorrentes da instalação de uma universidade pública, ancorados na necessidade de atendimento das demandas educacionais locais e regionais.

Em fevereiro de 2010, o presidente da República à época, Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, inaugurou o polo da universidade aberta do Brasil em Governador Valadares, assumindo o compromisso com a prefeita à época, Sr^a Elisa Costa, de instalar um campus de uma universidade federal no município. Em março de 2012, após algumas articulações políticas, o reitor à época da UFJF, Prof. Dr. Henrique Duque, considerando o trabalho da prefeita Sr^a Elisa Costa, buscou respaldo no programa do Governo Federal de Apoio a

Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais do país (REUNI), Decreto Nº 6.096, de 24 de abril de 2007, e implantou o campus avançado da UFJF em Governador Valadares.

Resgatando um contexto político histórico dessas articulações, em maio de 2011, durante processo de implantação do Campus GV, a universidade recebeu como doação do Sr. Edvaldo Soares, um terreno de, aproximadamente, 900 mil metros quadrados para a construção da infraestrutura do novo campus. Em novembro de 2012, o campus GV iniciou suas atividades educacionais no município de Governador Valadares, em espaços diversos, mesmo antes do início das obras no terreno doado (Rancho Miúra IV). Somente em 2013 as obras naquele terreno doado se iniciaram. Contudo, naquele mesmo ano, por determinação do Tribunal de Contas da União (TCU), as obras foram paralisadas, retomando em 2014, paralisando novamente em 2015. Atualmente, a obra não possui perspectiva de retomada. Desde o início, os departamentos, cursos e setores administrativos estão funcionando em estruturas provisórias, gerando elevados custos com aluguéis de imóveis, custos de logística enfrentados por toda comunidade acadêmica, e de manutenção e segurança da obra paralisada. Não há uma identidade física e sequer espaços que possam fortalecer e priorizar a integração da comunidade acadêmica.

O setor de contratos do Campus GV registrou no portal⁸ que existem, atualmente (em 23/08/2022), onze contratos de aluguel vigentes, para atender as necessidades básicas do Campus. Estes perfazem um custo anual total acima de R\$ 5,6 milhões. Para além desses contratos, existem novos processos de locação em andamento, o que aumentará os custos com aluguéis. Paralelamente a este custo elevado, as insatisfações registradas nas atas das reuniões oficiais dos órgãos colegiados, apontam: (i) dificuldade em se deslocar entre os imóveis espalhados pela cidade; (ii) restrição de horários a partir das 17:30h e consequente dificuldade de utilizar espaços no período noturno; (iii) ambientes sem climatização; (iv) ausência de gabinetes ou gabinetes insuficientes para os docentes desenvolverem suas atividades; (v) poucos laboratórios para atender as demandas de ensino práticos dos cursos; (vi) dificuldade de instalação de equipamentos nos locais; dentre outros. O que deve ser considerado e pesado, diante dessa crise generalizada, é o tamanho da responsabilidade que cabe à gestão do campus sede sobre a não solução das questões estruturais do campus GV ao longo desses 10 anos, levando-se em consideração às denúncias e processos relacionados aos casos de má gestão dos recursos públicos na construção do campus GV por gestores do campus sede, conforme relatório da Controladoria Geral da União (Relatório nº 201702156 - CGU).

Para tentar mitigar os problemas relacionados à infraestrutura, foi adquirido, em janeiro de 2019, um prédio com 5.013,75 m², de uma antiga faculdade particular, que aguarda reforma para ser utilizado pelo Instituto

⁸ Disponível em <https://www2.ufjf.br/servidor>

de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA). Além disso, está sendo construído um prédio de 2.895 m² em um terreno doado pela União, para atender parte das demandas dos cursos de Nutrição e Farmácia. Em janeiro de 2019 foi instituída a comissão de análise de alternativas para instalação da estrutura definitiva do campus GV, cujos trabalhos poderão apontar possíveis soluções relacionadas à demanda infraestrutural do campus GV (UFJF, 2019).

O problema da infraestrutura e os entraves para o desenvolvimento do Campus GV está no debate político da região. Esse debate envolve diferentes grupos, mas há uma relativa convergência no que se refere à gravidade da situação do campus, começando pela questão da infraestrutura e levando para outros debates acerca da demanda por autonomia administrativa, autonomia financeira e autonomia pedagógica, (re)criando um novo campus com suas próprias conexões e identidade regional, a partir da experiência acumulada pelos servidores lotados em Governador Valadares ao longo desses 10 anos. Como exemplo, podemos expor falas ou ações de lideranças políticas envolvidas diretamente com o campus GV:

30

"[...] A luta por uma universidade pública federal em nossa região sempre foi uma prioridade para mim, pois, entre todas as macrorregiões mineiras, o Vale do Rio Doce era a única região onde ainda não havia uma rede federal pública ou um campus de uma universidade federal. Em 2005, quando assumi mandato de Deputada Estadual, essa realidade começou a ser mudada, pois iniciei conversas com a UFMG e outras instituições, e ampliamos forças políticas junto ao Governo do Presidente Lula e ao Ministério da Educação, conjugando esforços para transformar este cenário.

[...]

Mas ainda havia muito a ser conquistado, como a consolidação da própria Universidade e a construção da sede própria. A presença da UFJF foi importante para que Valadares recebesse uma Universidade Federal com tradição de excelência no ensino, na pesquisa e na extensão. Isso se confirma na qualidade dos cursos de graduação, pós-graduação e nos programas de extensão, que oferecem os melhores serviços públicos prestados ao Município e às diversas Regiões.

O campus da Universidade Federal possibilita que nossa juventude permaneça aqui, ao invés de buscar oportunidades em outras regiões, outros estados, ou mesmo em outros países. O campus também gera empregos de qualidade para profissionais da educação e também para servidoras e servidores do setor técnico-administrativo. A presença do campus também promove o desenvolvimento econômico e cultural da cidade, com uma grande quantidade de estudantes vindos de fora, impactando positivamente na economia, através de aluguéis, restaurantes, comércio e toda a rede de prestação de serviços. A vinda da Universidade Federal foi o acontecimento mais marcante e sustentável da história do município e do Vale do Rio Doce nos últimos anos. Educação é desenvolvimento."

Elisa Costa - ex-Prefeita Municipal de Governador Valadares entre 2009 e 2017.

A Ex-prefeita ainda deixa claro em sua fala que, desde a implantação do campus, a intenção inicial era de se ter em Valadares uma universidade independente, que refletisse a realidade regional, mostrando que antes da

implantação do Campus GV, não existia nenhum vínculo entre a UFJF e a cidade, indicando que o estabelecimento da UFJF em Valadares se deu por questões políticas.

“Desde a origem da UFJF – Campus Governador Valadares, a necessidade de posterior emancipação da mesma foi colocada, o que atualmente vem ganhando mais força. Muitas reivindicações por sua autonomia em relação à UFJF sede, que se fortalecem no sentido de iniciarmos o processo para a consolidação da nossa própria Universidade Federal e a continuidade da construção da sede definitiva do Campus.

Neste tempo, precisamos de autonomia em relação à UFJF, para que nossa Universidade Federal possa traçar seus próprios caminhos, avançando e construindo um projeto educacional a partir das realidades socioeconômicas, culturais e ambientais, ouvindo e debatendo com as comunidades da própria universidade, de Valadares e Região, suas atuais e futuras necessidades.

“Com a nossa independência administrativa e orçamentária em relação à sede, o campus poderá ter melhores condições para se consolidar e expandir, inclusive com novos cursos, para áreas como as ciências humanas, ciências da saúde, cursos inovadores de tecnologia, dentre outros, gerando mais oportunidades para as juventudes do Vale do Rio Doce”

Com a nossa independência administrativa e orçamentária em relação à sede, o campus poderá ter melhores condições para se consolidar e expandir, inclusive com novos cursos, para áreas como as ciências humanas, ciências da saúde, cursos inovadores de tecnologia, dentre outros, gerando mais oportunidades para as juventudes do Vale do Rio Doce. [...]

Nesta atual reivindicação e de lutas pela emancipação vindas de diversos setores, necessário se faz a observância dos trâmites e caminhos previstos na autonomia da própria UFJF e do Campus Valadares, de desencadear um processo democrático de escuta e debates sobre a emancipação, com toda a comunidade acadêmica e suas instituições representativas.

Para que esta sintonia se fortaleça, torna-se fundamental a participação da sociedade civil, de movimentos e lideranças sociais e políticas, dos campos e cidades, pois a emancipação e a consolidação da Universidade Federal é interesse de Governador Valadares e dos demais municípios das diversas regiões, que igualmente precisam fazer parte das discussões desse projeto, que beneficia a todas e todos e se constitui prioridade e compromisso que deverão ser exigidos do governo que vier a ser eleito em outubro deste ano.”⁹

Elisa Costa - ex-Prefeita Municipal de Governador Valadares entre 2009 e 2017.

Na mesma linha do citado pela ex-prefeita, foi criado um projeto de lei¹⁰ do seu correligionário, o deputado federal Leonardo Monteiro, PL N.º 1.995, DE 2021; apresentado na Câmara dos Deputados, que dispõe sobre a criação da Universidade Federal do Vale do Rio Doce - UFVRD - no Estado de Minas

⁹ Ver <https://www.youtube.com/watch?v=auBxNduraVw&t=189s>

¹⁰ Disponível em https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=node016r0gaxsudzdv1nzneo04jz17f23597253.node0?codteor=2191119&filename=Avulso+-PL+1995/2021

Gerais; tendo parecer da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação, cujo relator é o deputado Vicentinho. Neste PL, em seu artigo primeiro, transcrito a seguir: “Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Universidade Federal do Vale do Rio Doce, por meio da transformação do Campus da Universidade Federal de Juiz de Fora, sediado em Governador Valadares/MG”, coaduna-se ao proposto no presente escopo para com a emancipação do campus GV.

“Senhor Ministro, Próximo de completar 10 anos de existência, a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) Campus Governador Valadares – Estado de Minas Gerais, conta com 10 cursos de graduação, 5 de mestrado e 2 de doutorado, mais de 500 servidores (entre docentes e técnicos administrativos em educação), mais de 3000 alunos de graduação e pós-graduação, além de outras dezenas de servidores terceirizados para atender as demandas do Campus (como motoristas, serviços gerais, restaurante universitário, apoio, portaria e segurança). 2. Hoje a universidade está presente na vida da nossa população, formando

“Diante do exposto, entendemos que a UFJF Campus Governador Valadares tem maturidade institucional para sua emancipação e para continuar o seu processo de consolidação na região do Vale do Rio Doce”

médicos, farmacêuticos, economistas, fisioterapeutas, dentistas, advogadas, dentre outros profissionais e realizando centenas de atendimentos gratuito e de qualidade diretamente à nossa população, mesmo antes de concluírem a graduação. 3. A Universidade Federal contribui profundamente para redução das desigualdades na região do Vale do Rio Doce e atua em diversas frente de pesquisa e extensão que auxiliam nossos municípios no desenvolvimento dos projetos, da vocação econômica da região, na preservação do patrimônio histórico, cultural e arquitetônico, além de contar com os centros de ciências da vida, ciências humanas e sociais aplicadas que atuam em diversas

áreas científicas. 4. Diante do exposto, entendemos que a UFJF Campus Governador Valadares tem maturidade institucional para sua emancipação e para continuar o seu processo de consolidação na região do Vale do Rio Doce, e por isso, solicitamos de Vossa Senhoria a Emancipação da UFJF Campus Governador Valadares e a constituição da nova Universidade Federal de Governador Valadares. 5. Colocando-me ao vosso inteiro dispor, reitero meus protestos de estima e consideração.”

Leonardo Monteiro - Deputado Federal – PT/MG - 19 de maio de 2021

Neste diapasão vale ainda registrar um lançamento de um manifesto¹¹ realizado pelo Partido dos Trabalhadores (PT), pela emancipação do campus GV. Já a Associação dos Professores de Ensino Superior de Juiz de Fora (APESJF), situada em Juiz de Fora, apresentou nota em fevereiro do corrente ano, sobre o processo de construção da metodologia de debates sobre a emancipação do campus GV, concluindo nesta nota pública¹² que:

¹¹ Disponível em <https://drd.com.br/pt-de-valadares-lanca-manifesto-pela-emancipacao-do-campus-da-ufjf-gv>

¹² Disponível em <https://www.apesif.org.br/proposta-de-metodologia-de-debates-sobre-a-emancipacao-do-campus-de-governador-valadares-foi-aprovada-pelo-conselho-superior>

“Enquanto diretoria, que sustenta sua atuação na defesa da universidade pública, gratuita, de qualidade, popular e socialmente referenciada, somos favoráveis, obviamente, à existência de novos campi, que consigam ampliar o acesso à educação superior de qualidade e melhorar as condições de trabalho docente. No entanto, em uma conjuntura tão difícil como a que atravessamos, os riscos de que uma eventual emancipação atue em sentido contrário a essa intencionalidade devem ser sopesados de forma séria. E a universidade precisa ser protagonista nas discussões sobre seu próprio futuro (APES, 2022)”.

“a universidade precisa ser protagonista nas discussões sobre seu próprio futuro”

Vale ressaltar a fala do atual reitor Prof. Dr. Marcus David, em reunião no CONSU, em fevereiro deste ano, sobre proposta de metodologia de debates para a emancipação do campus de GV, que a partir da movimentação política que vem sendo realizada na região de Governador Valadares e as crescentes demandas de parlamentares da região sobre um posicionamento institucional, frente à possibilidade de emancipação do campus, tornou-se necessário que o debate fosse realizado na instituição, contribuindo destarte para a escrita deste documento. Neste mesmo momento, vale também ressaltar que, o diretor geral do campus GV, Ângelo Denadai, destacou também a importância de um posicionamento institucional frente aos anseios da comunidade valadarense e da comunidade acadêmica de GV¹³.

33

“O Prefeito de Valadares, André Merlo, se reuniu com lideranças, professores e coordenadores de curso da Universidade Federal de Juiz de Fora - Campus Valadares, nesta semana. O encontro reforçou os laços entre a Prefeitura e a Universidade, e foi uma oportunidade de unir esforços do poder público e da sociedade civil na defesa da Universidade. Os representantes da UFJF-GV puderam apresentar demandas e o Prefeito André Merlo informou à comunidade sondagens do MEC sobre a possibilidade da criação de uma universidade federal local ou regional.”¹⁴

“Após autoridades valadarenses proporem ao Ministério da Educação que o campus avançado da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) no município seja emancipado, criando uma instituição de ensino autônoma em território valadarense, o deputado federal Hercílio Coelho Diniz (MDB-MG) apresentou à Câmara o projeto de lei 1898/21, que cria a Universidade Federal de Governador Valadares (UFGV).”¹⁵

Diante dos relatos proferidos por autoridades políticas da região, torna-se nítido que os representantes da comunidade valadarense são claros em

¹³ Disponível em <https://www.apesjf.org.br/proposta-de-metodologia-de-debates-sobre-a-emancipacao-do-campus-de-governador-valadares-foi-aprovada-pelo-conselho-superior>

¹⁴ Disponível em <https://www.valadares.mg.gov.br/detalhe-da-materia/info/prefeito-se-reune-com-dirigentes-da-ufjf/87074>

¹⁵ Disponível em <https://drd.com.br/deputado-propoe-criacao-da-universidade-federal-de-governador-valadares/>

manifestar o interesse da cidade e região em se ter uma universidade que reflita a realidade cultural, social, política, produtiva e institucional da região, o que reforça o avanço da discussão sobre o processo de emancipação.

5. Condições legais

Para que uma instituição de ensino não-pública adquira o status de universidade, deve possuir determinados pré-requisitos, conforme Resolução Nº 3, de 14 e outubro de 2010, que indica o Art. 52 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, dispondo sobre normas e procedimentos para credenciamento e credenciamento de universidades do Sistema Federal de Ensino.

Entretanto, para que uma universidade federal seja credenciada, essas condições legais não são obrigatórias, uma vez que instituições federais são tratadas na resolução de forma específica, como segue:

DO CREDENCIAMENTO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS

Art. 6º O credenciamento das universidades federais, criadas por lei, terá rito próprio, caracterizado pelas seguintes exigências e prazos, observados os termos do art. 46, § 1º, da Lei nº 9.394/1996: I - até 60 (sessenta) dias após a sanção de sua lei de criação, as Instituições Federais de Educação Superior (IFES) deverão inscrever-se no cadastro eletrônico do MEC, com suas informações gerais e cursos iniciais, observando, no que couber, a regra do art. 28 do Decreto nº 5.773/2006; II - até 180 (cento e oitenta) dias após a posse do primeiro Reitor, as IFES deverão inserir, em formulário eletrônico próprio, o Estatuto e o PDI da instituição, em conformidade com o art. 15 do Decreto n.º 5.773/2006; III - após a análise documental dos elementos referidos no inciso anterior, a Secretaria competente emitirá parecer, encaminhando-o à apreciação da CES/CNE. Parágrafo único. A deliberação favorável da CES/CNE, homologada pelo Ministro da Educação, finalizará o processo de credenciamento. (BRASIL, 2010).

Logo, a exigência legal para emancipação, ou seja, para a criação de uma nova autarquia, é a aprovação de lei específica, conforme versado no artigo 37, inciso XIX da Constituição Federal de 1988:

XIX - somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação; (BRASIL, 1988).

Por fim, cabe considerar que, sanada a parte legal que demanda a elaboração e aprovação de lei específica, as condições para emancipação

estão relacionadas mais fortemente com questões de ordem política e de caráter orçamentário, que são tópicos abordados em outras partes do presente relatório.

PARTE II - CASOS SOBRE EMANCIPAÇÃO

1. Introdução

O grupo de trabalho foi constituído para a elaboração do relatório dos pontos 'e' e 'f' do item 3.5 do anexo da Resolução 05/2022, do Conselho Superior da UFJF. Em síntese, destaca-se do texto:

Debate qualificado [...]

A fim de fomentar o debate qualificado, caberá a CCD produzir um documento explicativo e objetivo sobre o processo de emancipação a ser apresentado antes dos debates e consulta pública, contendo informações relevantes.

36

O relatório deverá conter, ao menos, os seguintes elementos: [...]

- e) Casos de Emancipação Efetivados, suas condições de emancipação;
- f) Casos de Não Emancipação e suas condições de manutenção de vinculação;

A proposta é produzir um documento explicativo e objetivo. Para tanto, reputa-se necessário proceder-se a um levantamento de casos, para depois avaliar algumas variáveis analíticas necessárias para a melhor composição do relatório. Inicialmente, com o intuito de promover a objetividade e qualificação do debate demandadas, foi feita uma análise exploratória do objeto do relatório com o fulcro de compreender quais os critérios poderiam ser utilizados para o levantamento de casos a serem analisados.

Nesse meio tempo, foram feitos diálogos com interlocutores diversos, que contribuíram com casos ilustrativos, a partir dos quais, na tentativa de dinamizar o debate, seriam buscados exemplos exitosos e desastrosos do movimento de emancipação. Na tentativa de evitar uma análise qualitativa prévia a partir de evidências anedóticas, bem como evitar uma comparação com paradigmas de bases completamente distintas, foi observada uma necessidade inicial de levantamento de dados a partir de aspectos objetivos. Dessa forma, formulou-se dois modelos para o levantamento dos casos a serem analisados, uma para os casos de emancipação e outro para os casos de não emancipação.

De todo modo, esse procedimento metodológico teve como objetivo somente a identificação dos casos, sendo que as variáveis analíticas são discutidas e aprofundadas posteriormente. Foi feita uma tentativa de análise de alguns dos casos levantados, mas, em cada incursão, revelavam-se novas

variáveis. Foi detectada uma ausência de padronização nos dados, o que representou um grande problema para a consistência comparativa dos trabalhos da comissão. Inclusive, é recomendável fazer revisitas posteriores a partir da identificação de elementos observados no relatório em outros GT's, o que pode auxiliar no processo de comparação.

De antemão, cumpre alertar que foi constatada uma dificuldade no levantamento de alguns dados, pelo fato de o relatório ser elaborado em período que antecede ao pleito eleitoral, as redes sociais e algumas páginas oficiais têm visitação restrita, o que interferiu principalmente na pesquisa feita no Ministério da Educação e órgãos correlatos. Outra dificuldade reside na transição de sites entre universidade de origem e nova universidade, o que acarreta alguma falha na localização das informações coletadas.

2. Casos de Emancipação Efetivados, suas condições de emancipação

Há uma questão conceitual a ser exposta inicialmente e que deriva das explorações iniciais. O ato 'emancipação' não é assim denominado em todos os casos e pode ser também chamado de 'desmembramento' ou 'fragmentação', sendo 'desmembramento' o mais utilizado. De todo modo, o resultado prático de qualquer uma dessas denominações é a 'criação' de uma nova universidade, isso inclusive vai justificar algumas variáveis de pesquisa a serem colocadas posteriormente.

Sobre os casos de emancipação, a primeira pesquisa feita foi na wikipédia, que tem um verbete organizado com diversas informações sobre as 69 universidades públicas brasileiras, entre as quais o ano de fundação. A partir de um filtro de ordem cronológica, é possível identificar os casos mais recentes de criação de universidade, sendo possível ainda ser feita uma consulta em cada um dos casos para verificar se houve emancipação ou a criação de uma universidade nova. De todo modo, remanescia um questionamento acerca do recorte temporal a ser utilizado nesse tipo de caso. Para o recorte temporal, inicialmente, foi pensado utilizar os casos mais recentes, que são os casos a seguir (TABELA 1):

TABELA 1 - Lista de Universidades Recém-Emancipadas

Nome	Sigla	Universidade e de Origem	Ano de Fundação
Universidade Federal do Delta do Parnaíba	UFDPAr	UFPI	2018
Universidade Federal do Agreste de Pernambuco	UFAPE	UFRPE	2018
Universidade Federal de Rondonópolis	UFR	UFMT	2018
Universidade Federal de Jataí	UFJ	UFG	2018
Universidade Federal de Catalão	UFCat	UFG	2018
Universidade Federal do Norte do Tocantins	UFNT	UFT	2019

Fonte: Elaborado pelo GT2, a partir de informações da [Wikipedia](#)

Em princípio, a eleição dos casos iniciais aparentava estar pronta, tendo em vista que os outros casos de fundação datavam de 2013, mas o aprofundamento dessa exploração inicial trouxe um dado inicial: que influxo foi esse de criação (emancipação) de 6 universidades em tão pouco tempo? Na busca da resposta, há um documento levantado e analisado em todos os casos de emancipação (e até não emancipação, quando houver): o projeto de lei. Em todos os casos de emancipação mais recente, os projetos de lei são datados de 12 de maio de 2016, com razões escritas pelo Ministro da Educação - Aloizio Mercadante - e de autoria da Presidenta da República - Dilma Rousseff¹⁶.

Para os mais atentos a eventos históricos, o fatídico 12 de maio de 2016 foi o dia do afastamento da presidenta e a posse interina de seu vice, Michel Temer, situação que veio a se tornar definitiva em 31 de agosto daquele ano. Deve ser lembrado, portanto, que o lema do governo Dilma, no governo iniciado em 2015, era: "Brasil, Pátria Educadora". Em sua posse, a Presidente discursou:

"Gostaria de anunciar agora o novo lema do meu governo. Ele é simples, é direto e é mobilizador. Reflete com clareza qual será a nossa grande prioridade e sinaliza para qual setor deve convergir o esforço de todas as áreas do governo. Nosso lema será: BRASIL, PÁTRIA EDUCADORA!

Trata-se de um lema com duplo significado. Ao bradarmos "BRASIL, PÁTRIA EDUCADORA" estamos dizendo que a educação será a prioridade das prioridades, mas também que devemos buscar, em todas as ações do governo, um sentido formador, uma prática cidadã, um compromisso de ética e um sentimento republicano.

Só a educação liberta um povo e lhe abre as portas de um futuro próspero. Democratizar o conhecimento significa universalizar o acesso a um ensino de qualidade em todos os níveis –

¹⁶ O que difere da proposta feita por um membro do legislativo, como é o caso do campus de Governador Valadares.

da creche à pós-graduação; Significa também levar a todos os segmentos da população – dos mais marginalizados, aos negros, às mulheres e a todos os brasileiros a educação de qualidade.

Ao longo deste novo mandato, a educação começará a receber volumes mais expressivos de recursos oriundos dos royalties do petróleo e do fundo social do pré-sal. Assim, à nossa determinação política se somarão mais recursos e mais investimentos. [...]"

Vamos continuar apoiando nossas universidades e estimulando sua aproximação com os setores mais dinâmicos da nossa economia e da nossa sociedade. O Ciência Sem Fronteiras vai continuar garantindo bolsas de estudo nas melhores universidades do mundo para 100 mil jovens brasileiros. (ROUSSEF, 2015).

Havia, portanto, um direcionamento de recursos e políticas públicas para a educação e essas novas universidades surgiram nesse esteio. Inclusive, o Plano Plurianual - PPA - 2016-2019, um documento de planejamento orçamentário do executivo federal em que são traçadas as diretrizes, metas e objetivos de médio prazo da administração pública, em que foi afirmada a educação como prioritária: "Art. 3º São prioridades da administração pública federal para o período 2016- 2019: I - as metas inscritas no Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014); [...]" (BRASIL, 2016).

Antes de abordar os objetivos do PPA 2016-2019, em que há uma descrição de ações a serem tomadas para efetivação do PPA, faz-se uma menção ao Plano Nacional de Educação - PNE -, cujas metas o governo federal pretende priorizar. O PNE tem objetivos semelhantes ao PPA, mas com enfoque em questões de longo prazo voltadas para políticas educacionais e se encerrará em 2024. Entre as metas e estratégias do PNE, consta:

Meta 12: elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.

Estratégias - 12.1: otimizar a capacidade instalada da estrutura física e de recursos humanos das instituições públicas de educação superior, mediante ações planejadas e coordenadas, de forma a ampliar e interiorizar o acesso à graduação; (BRASIL, 2014)

Pelo enfoque das estratégias, há o apontamento de uma ampliação e interiorização do acesso à graduação. Há uma outra meta desenhada nesse sentido, com a previsão de investimento de 7% do PIB Brasileiro em Educação até 2019 e 10% em 2024. O Anuário Brasileiro da Educação Básica, organizado pelo Instituto Todos pela Educação a partir de dados do MEC, demonstra que o financiamento da educação brasileira não superou 6,3% do PIB, até 2017. Além disso, o estudo demonstra que a dotação do MEC, em valores reais, vem sofrendo quedas desde 2015, alcançando em 2020 a menor de todo o período de observação, iniciado em 2012.

Verifica-se, portanto, que os projetos de lei de criação (desmembramento) de novas universidades são adequados ao que se planejava naquela época. Isso reflete de sobremaneira nos objetivos do PPA 2016-2019, que estabeleceu:

Objetivo - 1010: Ampliar o acesso à educação superior de qualidade, na graduação e na pós-graduação, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão e a aprendizagem ao longo da vida, fortalecendo a ciência, a tecnologia e a inovação, apoiando atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como aperfeiçoando as atividades de avaliação, supervisão e regulação, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024. (BRASIL, 2016)

A partir desse objetivo, evidencia-se metas de aumento de matrículas em todos os níveis, financiamento estudantil, bolsas de pós-graduação, bolsas de estudo no exterior, interiorização dos cursos de medicina. Isso é ilustrado por iniciativas diversas, como a: "061S - Consolidação do processo de interiorização das universidades federais de forma a contribuir com a integração e o desenvolvimento regional" (BRASIL, 2016). Ademais, o PPA 2016-2019 não se resumiu a essas metas qualitativas relativas a expansão do ensino superior e quantitativas relativas ao número de matrículas, mas se comprometeu a 'implantação' de universidades, conforme expresso nas seguintes estratégias:

(Implantação)

06RK - Implantação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA

06RW - Implantação da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - UNIFESSPA

06RX - Implantação da Universidade Federal do Cariri - UFCA

06RY - Implantação da Universidade Federal do Sul da Bahia - UFESBA (Criação)

06YE - Implantação da Universidade Federal da Zona Leste de São Paulo

06YG - Implantação da Universidade Federal de São José do Rio Preto

06YH - Implantação da Universidade Federal do Seridó

06YJ - Implantação da Universidade Federal de Bauru (UNIFEB)

06YK - Implantação da Universidade Federal do Araripe

06YL - Implantação da Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr)

06YM - Implantação da Universidade Federal do Vale do Itajaí

06YN - Implantação da Universidade Federal Camponesa do Brasil

06YO - Implantação da Universidade Federal do Norte do Paraná (UFNPR)

07BY - Implantação da Universidade Federal do Sertão da Paraíba (UFSPB)

07BZ - Implantação da Universidade Federal da Baixada Maranhense

07C3 - Implantação da Universidade Federal do Norte e Nordeste de Goiás

(BRASIL, 2016, informações entre parênteses incluídas pelo autor)

Foi feita uma distinção entre parênteses, para compreender questões distintas. Os casos UNILA, UNIFESSPA, UFCA e UFESBA (atualmente UFSB), apesar de terem a mesma denominação 'implantação' que os demais, tratam-se de universidades já criadas naquele período. Então, foi promovida uma distinção entre 'implantação', como sendo aqueles casos de universidades já criadas e em processo de consolidação, e 'criação', casos de universidades a serem criadas.

Retomando ao enfoque argumentativo inicial, projetos de lei de 2016 com universidades criadas conforme a tabela 1, percebe-se que, somente a UFDPAr constava do PPA 2016-2019. Apesar de se ter uma ideia inicial de quais seriam as primeiras necessidades de criação de universidades no início de 2016, em maio, houve a propositura de criação em outras regiões. Desse modo, é necessário entender os motivos pelos quais essas outras universidades foram priorizadas, o que será feito em tópico a seguir.

Quando essa questão política e de política educacional veio à tona, outro aspecto foi suscitado derivado das consequências da ruptura institucional decorrente do impeachment da Presidenta Dilma, seguida pela discussão e aprovação da Emenda Constitucional - EC - 95/2016, a Emenda do Teto dos Gastos. Essa emenda congelou os gastos do governo pelo período de 20 anos, com reajustes somente pela inflação, independentemente de incremento na arrecadação. A EC 95/2016 não impõe qualquer exceção ao orçamento das universidades públicas, que deverá cumprir as despesas obrigatórias e o quociente dedicado ao investimento será dividido anualmente entre as universidades por um sistema de cálculo chamado Matriz de Orçamento de Outros Custeios e Capital - OCC. Desse modo, reitera-se a importância da análise dos casos de 2018-2019, por serem projetos em execução sob os efeitos da EC 95/2016.

A Matriz OCC foi instituída pela Portaria 651/2013 do Ministério da Educação e usa como critérios para distribuição dos recursos, entre outros: número de alunos, eficiência, eficácia relação aluno-professor e indicadores de qualidades. Na tentativa de equalizar situações díspares entre universidades públicas federais consagradas e universidades recém-criadas, foi estabelecido um período de carência de 10 anos de aplicação da matriz OCC para as universidades recém-criadas. Os 10 anos conferem outro marco temporal, que permite então analisar universidades criadas no período e como vêm lidando com as questões orçamentárias, ou seja, se a carência conferida pela não aplicação da matriz OCC ocorre na prática, com um incremento de investimentos nessas universidades. Lembra-se que como a EC 95/2016 é limitadora dos gastos públicos, com reajustes vinculados tão somente à inflação, mesmo diante de um contexto de incremento de despesas obrigatórias, estabelece-se como hipótese um pouco impacto dessa carência, tendo em vista o cerceamento da margem de atuação pelo governo federal.

Com base nesse ponto, os casos de criação de universidades de 2013 precisam ser considerados, tendo em vista que estariam - não se sabe ainda

se houve alguma prorrogação - no último ano de carência da matriz OCC. Isso agrega inclusive aqueles casos de implantação do Anexo I do PPA 2016-2019, entre outros:

TABELA 2 - Lista Suplementar de Universidades a serem analisadas

Nome	Sigla	Universidade de Origem	Ano de Fundação
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará ¹⁷	UNIFESSPA	USP-UFPA	2013
Universidade Federal do Oeste da Bahia	UFOB	-	2013
Universidade Federal do Cariri	UFCA	UFC	2013
Universidade Federal do Sul da Bahia	UFSB	-	2013

Fonte: Elaborado pelo GT2, a partir de informações da [Wikipedia](#)

Nesse caso, apareceram universidades que não foram emancipadas, como a UFOB e a UFSB. Contudo, convém lançar olhar principalmente pelo aspecto orçamentário contíguo, de carência na aplicação da matriz OCC e no contexto da EC 95/2016.

A partir dessa delimitação inicial do universo de análise, houve a tentativa de fazer a análise de alguns modelos de universidades. No entanto, dada a exiguidade de tempo e pessoal, o levantamento é falho e busca representar as informações dentro do plano do disponível e possível. De todo modo, por mais que não haja um levantamento objetivo de cada caso de emancipação, o presente tópico traz um contributo geral ao tema das 'suas condições de emancipação' demandada no item 'e' do tópico 3.5 do anexo da Resolução 05/2022, do Conselho Superior da UFJF.

Agora, na tentativa de entender o processo de emancipação das universidades da Tabela 1, inclusive por não terem sido priorizadas no PPA 2016-2019. Em geral, foram consultados documentos relativos a tais universidades datados daquele período anterior a 2016, quando os projetos de lei são feitos. Por oportuno, ressalta-se que apenas a UFAPÉ não teve a sua intenção expressa em 2016, pois suas demandas foram incorporadas ao projeto de lei da UFDPAr pelo Senado em 2018.

¹⁷ Na lista da wikipedia, aparece como criação em 1971, mas essa é a data da criação do *campus*, não da universidade. Chegou-se a tal universidade pela menção expressa na estratégia 06RW do PPA 2016-2019.

TABELA 3 - Marcos Temporais de Criação do Campus das Universidades Recém-Emancipadas

Sigla	Fundação do Campus	Inclusão na Universidade de origem
UFDPAr	1975	1975
UFAPE	2005	2005
UFR	1976	1979
UFJ	1980	1980
UFCat	1983	1983
UFNT	1984	2003
UNIFESSPA	1971	1971 USP / 1987 UFPA
UFCA	2001	2001

Fonte: Elaborado pela comissão

A partir da Tabela 3, é possível perceber que há um elemento em comum a quase todas as universidades recém-emancipadas: os campi foram criados na década de 70-80 em processos anteriores de interiorização das universidades e incorporação de faculdades que eventualmente existiam anteriormente. As exceções são a UFAPE e a UFCA, já criadas no século XXI e com a emancipação feita em período pouco superior a uma década. Dessa forma, inclusive pela ausência de emancipação de campus advindos do REUNI - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - , há de se notar que houve um processo histórico de consolidação dos campi emancipados, o que reflete em uma estrutura física e acadêmica.

Além de ser a mais antiga, a UNIFESSPA representa a maior instituição entre as recém-emancipadas. Isso poderia ser justificado pelo fato de ter sido emancipada em leva anterior às demais, mas a UFCA - emancipada no mesmo ano - tem um padrão semelhante às demais. Desse modo, a UNIFESSPA é talvez a mais difícil de ser comparada, sendo válido algum retorno para aspectos de expansão e orçamentários, devido àquela condição de estar próxima aos 10 anos. No que tange às demais universidades, há uma certa similaridade no número de cursos e alunos, destoando, novamente, a UFAPE.

TABELA 4 - Número de Cursos de Graduação, Pós-Graduação e Discentes das Universidades Recém-Emancipadas

Sigla	Relatório de Gestão ¹⁸	Cursos de Graduação			Cursos de Pós-Graduação			
		Bach.	Lic.	Discentes	Mest.	Dout.	Discentes	Espec.
UFDPAr	2021	9	3	4.262	5	1	124	2
UFAPE ¹⁹	Não tem	5	2	2.100	5	0	DNE ²⁰	2
UFR	2020	12	7	3.507	7	0	DNE	6
UFJ	2020	16	9	3.870	7	1	DNE	3
UFCat	2020	18	13	4.001	11	3	DNE	3
UFNT	2020 ²¹	8	9	3.998	10	2	493	9
UNIFESSPA	2021	25	17	5.167	13	0	398	7
UFCA	2020	14	9	3.839	4	1	143	10

Fonte: Elaborado pela comissão, a partir dos relatórios de gestão mais recentes.

Remanesce ainda o questionamento que norteia essa primeira abordagem, pela compreensão do porquê de as instituições dos projetos de 2016 foram privilegiadas em detrimento daquelas constantes no PPA 2016-2019. Há uma questão política muito clara implicada no processo. A UFJ²², por exemplo, em consulta feita ao gestor naquele período, respondeu que:

“Em 2015 assumo a direção da instituição com o compromisso de trabalhar pela emancipação. Eu sabia que seria preciso um padrinho político, pois é assim que as coisas andam. Quem propõe uma nova autarquia é o Executivo Federal, mas provocado pelas bases políticas locais. Então vocês vão precisar de um. No nosso caso, conseguimos convencer o Governador de Goiás a época que seria viável, inclusive politicamente.” (Resposta a questionamentos feitos por gestor da UFJ).

A UFR, por sua vez, anuncia que fez um compromisso com o Ministério da Educação pela expansão do campus, mas é possível perceber articulação política local para sua criação, naquilo que se acreditava, nos

¹⁸ É importante considerar que os Relatórios de Gestão do Ano de 2020 foram impactados com os números da pandemia.

¹⁹ A UFAPE não tem relatório de gestão, o último constante no site ainda é da UFRPE, datado do ano de 2018. Seus dados foram expostos a partir do site institucional e notícias esparsas.

²⁰ DNE - Dado não especificado

²¹ O relatório de gestão da UFNT ainda é feito em conjunto com a UFT. É evidente a manutenção da vinculação da UFNT com a instituição da qual derivou.

²² Semelhante caminho foi seguido pela UFCat, que se emancipou da mesma universidade que a UFJ e pertence ao Estado, o qual age as mesmas forças políticas.

idos de 2015-2016, se tornar a Universidade Federal do Cerrado. A articulação política ocorreu nos casos mencionados, mas o projeto de lei foi proposto pelo poder executivo, no final das contas. Novamente, destaca-se a UFAPE, cuja articulação foi feita diretamente nas casas legislativas e, como a relatoria do PLC 6/2018, que criava a UFDPAr, teve o Senador Armando Monteiro, do estado de Pernambuco, a UFAPE foi incluída em substitutivo ao projeto original. Há ainda uma questão comum a todos os projetos de lei propostos em 2016 e no substitutivo com a inclusão da UFAPE: há uma previsão clara da transferência de cursos e discentes; disposições acerca da proveniência dos recursos financeiros; a previsão específica dos cargos a serem criados; e, disposições temporárias, como nomeação de reitor e vice-reitor pro tempore. Sobre cargos de TAEs, cargos comissionados e funções gratificadas, segue um descritivo do que foi criado (TABELA 5).

TABELA 5 - Cargos e Funções Criadas nas Universidades Recém-Emancipadas

Universidade	UFDPAr	UNIFAPE	UFR	UFJ	UFCat	UFNT
TAEs	221	893	229	67	81	175
Nível D	155	628	155	36	55	126
Nível E	66	265	74	31	26	49
CD	47	62	47	42	42	48
CD-1	1	1	1	1	1	1
CD-2	8	9	8	8	8	8
CD-3	8	13	8	8	8	8
CD-4	30	39	30	25	25	31
FG	273	351	257	224	230	268
FG-1	80	37	73	53	56	79
FG-2	123	70	121	106	106	124
FG-3	62	151	63	63	63	62
FG-4	0	50	0	0	0	0
FCC	8	0	0	2	5	3
FUC-1	0	43	0	0	0	0
Docente	0	600	10	0	0	0

Fonte: Elaborado pela comissão, a partir das leis de criação.

Sobre a transição, trata-se de um processo em curso ainda em todas as instituições, com a tutoria das instituições com as quais estavam vinculadas. Percebe-se que o convênio vem sendo renovado, ainda mais por terem experimentado dissabores da pandemia e teto de gastos dentro desse período inicial. De todo modo, chama a atenção para a reminiscência de

uma maior dependência de duas instituições: a UFAPE e a UFNT. Ainda sobre isso, mesmo com a previsão de cargos nos projetos de lei e nas leis aprovadas, a liberação foi feita somente em meados de 2021 das funções gratificadas, pela aprovação da LC 180/2021. Contudo, os novos cargos de TAEs ainda não foram autorizados para que sejam realizados concursos públicos.

No que tange a investimentos, desde a emancipação, ainda pelas questões contextuais, observa-se que não houve a possibilidade de nenhum grande investimento em infraestrutura e sequer houve a recomposição das perdas para o padrão de 2019. Os investimentos ocorrem, em sua maioria, em serviços e bens relacionados à tecnologia da informação. Ressalta-se, ainda, que todas as universidades recém-emancipadas contam com campus próprio e não registram despesas com aluguéis.

46

TABELA 6 - Evolução Cursos e Vagas UNIFESSPA e UFCA

Universidade	Período	Graduação			Pós-Graduação Stricto Sensu	
		Cursos	Vagas	Matrículas	Cursos	Vagas
UNIFESSPA	2017 -> 2021	38 -> 42	1.284 -> 2.134	3.488 -> 5.167	5 -> 13	144 -> 398
UFCA	2016 -> 2020	16 -> 23	1.043 -> 1.194	2.490 -> 3.839	4 -> 5	67 -> 76

Fonte: Elaborado pela comissão, a partir dos relatórios de gestão.

As universidades que se emanciparam em 2013 já romperam com as instituições de origem, sendo a UFCA em 2016 e a UNIFESSPA em 2017. É possível observar, contudo, alguns atos normativos da universidade anterior ainda vigentes, principalmente sobre a gestão de pessoas. Em uma análise sobre o crescimento após essa consolidação, registra-se alguns saltos logo no início, mas um indicativo de manutenção a partir de 2019. Sendo assim, expõe-se a evolução consolidada no período de 4 anos na Tabela 6. Um ponto a comentar é que nenhuma dessas atividades registra despesas com aluguel e o crescimento mais recente da infraestrutura física também não é registrado, exceto pela UFCA, que constrói uma clínica escola para a Faculdade de Medicina no campus Barbalha. Vislumbrava-se analisar a discussão da Matriz OCC nessas instituições, mas, aparentemente, essa discussão está sublimada por questões de restrições orçamentárias mais emergentes. Havia um fôlego de discussão da prorrogação da matriz em 2016 para 15 anos e algum esboço de integração dos recursos do REUNI para tal divisão em períodos mais recentes, mas nada muito concreto.

3. Casos de Não Emancipação e suas condições de manutenção de vinculação

Sobre os casos de não emancipação, por se tratar de um tópico sem uma referência de fácil consulta, como a lista de universidades criadas

utilizada no tópico anterior, é necessário utilizar estratégias diversas. Nesse ponto, a principal maneira de contato com os casos se dava pelo relato de experiências expostas em diálogos com interlocutores diversos. Com base nesses relatos, é possível estabelecer dois tipos de casos de não emancipação: os casos de emancipação frustrados, em que houve uma tentativa de emancipação que não culminou em qualquer resultado efetivo; e, os casos de não emancipação sem tentativa, em que o campus nunca passou pelo processo de emancipação. Essa subdivisão seria uma proposta de abordagem inicialmente concebida, mas o aprofundamento dos casos de emancipação permitiu também vislumbrar possibilidades de encontrar casos diversos, não adstritos a relatos dos quais se tem notícia.

Em primeiro lugar, as estratégias do PPA 2016-2019 mencionavam 12 novas universidades, das quais apenas uma foi criada, em conjunto de outras cinco universidades também criadas, mas que não foram nominadas no rol do PPA. Essa constatação foi fulcral para o questionamento sobre o que havia acontecido com tais projetos. Em dado momento, parecia conter uma articulação política para a criação dessas universidades, que foi frustrada por algo. Como hipótese, é possível estabelecer a demanda contextual de ruptura institucional, pelo fato de o PPA datar-se de janeiro e o afastamento da presidenta ter ocorrido em maio.

TABELA 7 - Lista de Universidades constantes no PPA 2016-2019 e não criadas

Nome da Universidade
Universidade Federal da Zona Leste de São Paulo
Universidade Federal de São José do Rio Preto
Universidade Federal do Seridó
Universidade Federal de Bauru (UNIFEB)
Universidade Federal do Araripe
Universidade Federal do Vale do Itajaí
Universidade Federal Camponesa do Brasil
Universidade Federal do Norte do Paraná (UFNPR)
Universidade Federal do Sertão da Paraíba (UFSPB)
Universidade Federal da Baixada Maranhense
Universidade Federal do Norte e Nordeste de Goiás

Fonte: Elaborado pelo GT2.

Uma das hipóteses para a não criação das universidades, seria eventual criação com outra alcunha ou questão assemelhada. No entanto, em comparação da Tabela 1 com a lista da Tabela 7 não se vislumbra nenhuma

correspondência que permitiria alguma afirmação categórica nesse sentido. A única semelhança estadual-regional é a Universidade Federal do Norte e Nordeste de Goiás, estado onde houve a criação de duas universidades em 2018: a Universidade Federal de Jataí e a Universidade Federal de Catalão, sendo que nenhuma delas situa-se na região norte ou nordeste do estado de Goiás.

De todo modo, o que se percebeu pela análise dos nomes e notícias da época, havia sim uma articulação política que se dissipou, sem a possibilidade de declinar um fato específico, mas que pode ser justificado pelo conturbado contexto político da época. Destaca-se a Universidade Federal da Zona Leste de São Paulo, que seria uma emancipação da UNIFESP e chegou a ser mencionada expressamente em comícios eleitorais da chapa Dilma nas eleições de 2014, mas não prosperou no ano de 2016. Essa primeira incursão levou a outra problematização mais profunda, tendo em vista que uma das possibilidades de análise desses casos seria pesquisar, no site do Congresso Nacional, projetos de lei que visem a criação de alguma dessas universidades, o que, nesse caso, sequer ocorreu.

Ao se deparar com as primeiras pesquisas no site do Congresso Nacional, há uma pesquisa ainda mais abrangente que pode ser feita: a análise de todos os projetos de lei feitos para a criação de universidades federais. Esclarece-se que o Congresso Nacional brasileiro é bicameral e reúne duas casas legislativas: a Câmara dos Deputados e o Senado Federal. Em síntese, se a proposta legislativa parte do executivo, que trata justamente dos casos de emancipação mais recente mencionados na Tabela 1, o projeto de lei inicia sua tramitação pela Câmara dos Deputados. Se a proposta legislativa for de um deputado ou deputada, também inicia pela câmara, e, se proposto por uma senadora ou senador, pelo Senado Federal. Posto isso, uma pesquisa no Congresso Nacional seria a forma mais abrangente de atender a tais resultados.

Foram feitos pequenos ensaios e as melhores palavras-chaves para as buscas de pesquisa são 'criação de universidade' e 'criar a universidade'. O melhor local de consulta é a busca da Câmara dos Deputados, que gera registros da pesquisa (também anexados). Para a busca 'criação de universidade', com restrição temporal de 01/01/2010 em diante, houve 35 registros; para a busca 'cria a universidade', com mesma restrição temporal, 10 registros; e, 'criação de universidade', 2 registros. Entre os registros, viu-se a Universidade Federal de Bauru - UNIFEB - (registrada na tabela 7) já arquivado e outras de destaque como a emancipação da UFNMT - Universidade Federal do Nortão do Mato Grosso - da UFMT - Universidade Federal do Mato Grosso - e até a criações de outras universidades próximas à Governador Valadares como a UFTO - Universidade Federal de Teófilo Otoni - também proposta pelo deputado Hercílio Coelho Diniz que propôs um dos projetos de emancipação da UFJF, cujo projeto curiosamente não menciona a UFVJM - Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri - mesmo sendo município com um campus dessa universidade. Desse modo, a ideia inicial de subdividir casos de emancipação frustrados e os casos de não emancipação sem tentativa é

complementada por outra classe de casos, as emancipações com tentativa em curso. Pela análise dos projetos de lei e dos casos do PPA 2016-2019, pode ser abordado os casos de emancipação frustrados e as emancipações com tentativa em curso.

O Senado Federal e o Congresso Nacional têm motores de busca semelhantes entre si, mais confuso e sem a exibição de um relatório prático para análise visual dos projetos. Não está precisa se funciona fatores de pesquisa alternada como 'AND' ou 'OU', mas 78 resultados para a pesquisa "'criação da universidade" daterange:2010-01-01..2022-07-16', 40 resultados "'cria a universidade" daterange:2010-01-01..2022-07-16' e 4 resultados "'criação de universidade" daterange:2010-01-01..2022-07-16'. Há reincidência nos resultados, o que não permite uma soma de propostas legislativas de criação.

Como não foi possível estabelecer uma metodologia específica para a escolha de alguns resultados, justificada pela inconsistência dos dados, fez-se uma análise de alguns projetos de lei de maneira aleatória. Em sua grande maioria, a tramitação do projeto é arquivada com o fim da legislatura e o proponente, com o seu mandato renovado, requer o desarquivamento. Trata-se do caso, por exemplo, do PL 6.272/2013, que visava criar a UNIFEB, que o seu proponente, o deputado Milton Monti, não foi reeleito no pleito de 2018 e o projeto foi arquivado no início de 2019.

Para trazer em um projeto cujo arquivamento se deu de maneira diversa, aborda-se o PL 11.279/2019 da Câmara dos Deputados, proposto pelo presidente Michel Temer em 28/12/2018, que visava desmembrar a Universidade Federal do Amazonas - UFAM, em mais duas universidades: a Universidade Federal do Médio e Baixo Amazonas - UFEMBAM; e, a Universidade Federal do Médio e Alto Solimões - UFEMAS. Atualmente, o projeto encontra-se arquivado, depois de parecer do Ministro Vélaz Rodriguez sob o fundamento de reavaliação da temática no ministério, como distribuição geográfica das universidades, viabilidade econômico-financeira, entre outros.

Ainda sobre tentativa de emancipação, há um exemplo semelhante ao do campus de Governador Valadares, com dois projetos de lei em tramitação paralela sobre o mesmo campus. O PL 1.963/2021 foi proposto em 26/05/2021 pelo deputado Neucimar Fraga para a criação da Universidade Federal de Alegre, que seria desmembrada da UFES - ressalta-se que, na mesma oportunidade, o deputado propôs PL 1.964/2021 para criar a Universidade Federal de São Mateus, também desmembrado da UFES. Há outro projeto sobre o campus de Alegre, o PL 2.048/2021, proposto pelo deputado Evair Vieira de Melo, visa criar a Universidade Federal do Vale do Itapemirim a partir desse campus. Em 2021, o debate ocorreu no campus e houve uma primeira fase em que se constatou que ambos os projetos de lei eram insuficientes, faltando informações essenciais para se compreender como seria criada a universidade. Ressalta-se que havia um grande ímpeto da comunidade política estadual, inclusive com o apoio da presidência da república. Foi feita

uma proposta por uma comissão técnica, para o levantamento de informações e busca de um processo mais íntegro. Nesse caso, a comunidade acadêmica vem se posicionando contrária à fragmentação - inclusive do campus de São Mateus - , por entender que se trata de um movimento sem uma abertura ao diálogo, que busca ser determinado por agentes externos à universidade.

No que tange aos casos de não emancipação sem tentativa, não foi elaborada qualquer mecanismo de busca mais amplo, sendo necessário, pelo menos por ora, se render aos exemplos mencionados, sendo a hipótese mais próxima a UFV - Universidade Federal de Viçosa - e seus campi de Florestal e Rio Parnaíba. O modelo de gestão de campus da UFV aparenta ser bastante exitoso, pois essa discussão de emancipação aparentemente não tem registros. Por uma comparação da estrutura administrativa, também não há nenhum destaque a ser feito na organização dos campi, o que demanda um aprofundamento, não feito no presente relatório, para a compreensão dessa situação.

O campus Florestal dista 278km da sede e tem 10 cursos de graduação (5 bacharelados e 5 licenciaturas), 6 cursos técnicos e 5 pós-graduações stricto sensu (uma delas é multicêntrica e abrange todos os campi). A unidade Florestal foi criada em 1939 e foi incorporada à Universidade Rural de Minas Gerais na década de 50. Somente em 1969, foi incorporado à UFV como CEDAF - Central de Ensino e Desenvolvimento Agrário Florestal -, tornando-se campus em 2006. O campus Rio Parnaíba dista 532km, 10 cursos de graduação e 3 pós-graduações (incluída a multicêntrica), sua formação é mais recente, com aprovação em 2006 e início das atividades em 2008.

Por fim, apesar dos casos favoráveis ou contrários à emancipação, a gama de especificidades de cada processo emancipatório, somada à falta de informações públicas, torna-se difícil a comparação entre os casos apresentados. Igualmente difícil, seria tentar estabelecer padrões situacionais de eventos pré ou pós emancipação.

Nesse sentido, torna-se possível, apenas, refletir se a universidade, como uma instituição pública de governança democrática, é um organismo fundamentalmente singular, e sendo assim, pode trilhar caminhos diversos, a depender de suas vontades, sua capacidade de gestão, sua articulação e influência política.

PARTE III - INFRAESTRUTURA E ORÇAMENTO

1. Introdução

O grupo de trabalho 3 (GT3) Estrutura Física; Estrutura Tecnológica; Estrutura Organizacional; Cargos e Funções; Orçamento, membro da Comissão de Condução do Debate, iniciou seus trabalhos no dia 07 de julho de 2022 e de forma democrática, definiu-se que o trabalho seria dividido entre os 18 participantes em 3 subgrupos da seguinte forma:

Subgrupo 1 - Pessoal e estrutura organizacional;

Subgrupo 2 - Estrutura física e estrutura tecnológica;

Subgrupo 3 - Orçamento.

Pelo exposto, apresentamos a seguir os dados coletados e as análises realizadas.

2. Estrutura Organizacional, Cargos e Funções

Os dados e análises relacionadas à organização funcional da nova universidade e ao seu quadro de pessoal foram extraídas da dissertação de mestrado do TAE, Ricardo Cunha Grunewald Zarantoneli (2019), cujo título é: A estrutura universitária multicampi e seus dilemas: Possíveis impactos de uma desvinculação organizacional do Campus Governador Valadares da UFJF, a partir das páginas 97 a 101, e segue na íntegra:

Com a desvinculação, novos setores e cargos de gestão deverão ser criados e novos servidores efetivados. Tudo isso gera um custo. A começar pelos cargos de gestão, pode-se considerar que, para uma estrutura que leve em conta a departamentalização e especialização comum em universidades, com a desvinculação, a título de exemplo e considerando um funcionamento mínimo, deve-se criar em torno de 8 pró-reitorias, 1 secretaria geral, 1 gabinete de reitor, 2 direções, 8 coordenações, 1 reitoria, 6 gerências, para além das unidades acadêmicas e administrativas já existentes. A criação desses cargos representaria um aumento de cerca de R\$114.740,88 por mês aos cofres públicos, ou R\$ 1.376.890,56 por ano, retirados benefícios e verbas indenizatórias como férias e décimo terceiro salário, caso não haja aumento desses valores e se forem ocupados exclusivamente por servidores públicos (Tabela 10).

Tabela 10 - Possíveis setores a serem criados e os custos dos cargos de gestão

Setor a ser criado	Cargos inerentes ao setor	Código	Remuneração ²³
Reitoria	Reitor	CD1	R\$ 8.084,47
	Vice-reitor	CD2	R\$ 6.758,12
Gabinete de reitoria	Chefe de gabinete	CD4	R\$ 3.852,76
Secretaria Geral	Secretário Geral	CD3	R\$ 5.305,43
Pró-reitoria de Graduação	Pró-reitor	CD2	R\$ 6.758,12
	Coordenação de registros acadêmicos	CD4	R\$ 3.852,76
	Gerente de matrícula	FG1	R\$ 975,51
Pró-reitoria de Extensão	Pró-reitor	CD2	R\$ 6.758,12
Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação	Pró-reitor	CD2	R\$ 6.758,12
Pró-reitoria de Cultura	Pró-reitor	CD2	R\$ 6.758,12
Pró-reitoria de Assistência Estudantil	Pró-reitor	CD2	R\$ 6.758,12
Pró-reitoria de Gestão de pessoas	Pró-reitor	CD2	R\$ 6.758,12
	Gerente de movimentação de pessoas	FG1	R\$ 975,51
	Gerente de registros	FG1	R\$ 975,51
Pró-reitoria de Planejamento	Pró-reitor	CD2	R\$ 6.758,12
	Coordenador de execução financeira	CD4	R\$ 3.852,76
	Gerente financeiro	FG1	R\$ 975,51
	Coordenação de contratos	CD4	R\$ 3.852,76
Pró-reitoria de Infraestrutura e gestão	Pró-reitor	CD2	R\$ 6.758,12
	Coordenador de suprimentos	CD4	R\$ 3.852,76
	Gerente de pós compra	FG1	R\$ 975,51
	Gerente de transporte	FG1	R\$ 975,51
	Coordenador de Gestão do conhecimento e tecnologia da informação	CD4	R\$ 3.852,76
Coordenadoria de comunicação	Coordenador	CD4	R\$ 3.852,76
Coordenadoria de avaliação institucional	Coordenador	CD4	R\$ 3.852,76
Coordenadoria de inovação	Coordenador	CD4	R\$ 3.852,76
Total mensal			R\$ 114.740,88

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos valores divulgados pelo Ministério da Economia, no mês de outubro de 2019.

A necessidade de novos servidores Técnicos Administrativos em Educação (TAEs) também é um fator que acarreta novos custos. É dedutível que com o aumento da estrutura, mais mão-

²³ Os valores remuneratórios de CDs ou FGs ocupados por servidores públicos, caso acumulem com o salário, devem ser reduzidos a 60% do valor total da remuneração. Caso seja nomeado um não servidor, ele receberá 100% do cargo. Os valores na tabela já estão reduzidos a 60% do valor total, uma vez que é comum que apenas servidores ocupem esses cargos.

de-obra seria necessária. No entanto, para determinar essa necessidade seria necessário um estudo de dimensionamento de quadro de pessoal técnico-administrativo conforme preconiza a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005 e o Plano de Desenvolvimento dos Cargos Técnico-Administrativos (Decreto nº 5.825/2006).

Art. 24. O plano de desenvolvimento institucional de cada Instituição Federal de Ensino contemplará plano de desenvolvimento dos integrantes do Plano de Carreira, observados os princípios e diretrizes do art. 3º desta Lei.

§ 1º O plano de desenvolvimento dos integrantes do Plano de Carreira deverá conter:

I - dimensionamento das necessidades institucionais, com definição de modelos de alocação de vagas que contemplem a diversidade da instituição; (BRASIL, 2006).

O Plano de Desenvolvimento dos Cargos Técnico-Administrativos define o que seria esse dimensionamento e o que se deve considerar.

VIII - dimensionamento: processo de identificação e análise quantitativa e qualitativa da força de trabalho necessária ao cumprimento dos objetivos institucionais, considerando as inovações tecnológicas e modernização dos processos de trabalho no âmbito da IFE; (BRASIL, 2006).

Para realizar esse dimensionamento, uma matriz deve ser estabelecida pelas próprias IFES e enviadas ao MEC, considerando alguns critérios.

Art. 6º O dimensionamento das necessidades institucionais de pessoal, objetivando estabelecer a matriz de alocação de cargos e definir os critérios de distribuição de vagas, dar-se-á mediante:

I - a análise do quadro de pessoal, inclusive no que se refere à composição etária e à saúde ocupacional;

II - a análise da estrutura organizacional da IFE e suas competências;

III - a análise dos processos e condições de trabalho; e

IV - as condições tecnológicas da IFE (BRASIL, 2006).

Portanto, cada IFES pode desenvolver sua própria metodologia de dimensionamento de quadro de pessoal técnico-administrativo, sendo que não há um consenso sobre qual seria o método ideal.

Frente às metodologias investigadas, não é possível observar qualquer tipo de consenso, tanto na esfera do método quanto das variáveis a serem observadas nos estudos com o propósito de dimensionar o quadro de pessoal técnico-administrativo das Instituições Federais de Ensino Superior. Portanto, atualmente, nenhuma ferramenta é vista como legitimada, ou sequer oficializada como a mais adequada para o desenvolvimento do dimensionamento proposto pelo plano de carreira dos TAEs das IFES (CORRÊA, VASCO, et al., 2017, p. 2).

Nesse sentido diversas propostas metodológicas de dimensionamento são desenvolvidas, como a Universidade Federal do Triângulo Mineiro que utiliza dados dos trabalhos desenvolvidos e condições de trabalhos de cada setor e a Universidade Federal Fluminense que leva em consideração, por exemplo, o nível de qualificação dos TAEs para verificar a necessidade de pessoal técnico-administrativo.

Um estudo apontou que o critério interno do Ministério da Educação (MEC) para liberação de novas vagas, tanto para fins de expansão quanto para equalização entre as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) seria a utilização da relação aluno equivalentes²⁴, / Técnico Administrativo (RAT), sendo que o RAT ideal seria 15 alunos equivalentes para cada 1 servidor técnico-administrativo em educação (CORRÊA, VASCO, et al., 2017).

Um dimensionamento realizado em 2015 a partir do estudo de 63 universidades federais constatou que a relação alunos por TAEs varia consideravelmente de IFES para IFES, sendo que estudo resultou em uma média de 13 estudantes por TAE com um elevado desvio padrão.

Em um extremo a relação encontrada foi de 3,35 a 5,68 estudantes por TA e no outro, de 20,69 a 32,59 estudantes para cada TA. [...]Conforme relatório disponibilizado pelo MEC, a relação considerada por este ministério é de 15 estudantes por TA (PEREIRA e DAÚD, 2015, p. 14).

54

No Campus GV existem atualmente (2019) 195 TAEs, sendo 5 do nível C, 109 do nível D e 81 do nível E. Devido a maioria dos contratos de aluguel englobarem serviços de limpeza, conservação e segurança, atualmente existem apenas 28 trabalhadores terceirizados contratados no Campus. Os alunos matriculados de graduação e pós-graduação totalizam cerca de 3000 alunos matriculados e cerca de 1100 vagas ociosas.

No entanto, mesmo que o número de alunos não aumente, com a desvinculação pode ser necessárias nomeações de novos TAEs devido as novas tarefas a serem transferidas da sede para a unidade criada.

O custo remuneratório bruto de um TAE para o governo pode variar de R\$1.784,72 a R\$15.024,77 segundo Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCTAE), dependendo de seu nível de qualificação, nível do cargo e progressão por mérito. A remuneração inicial bruta de um TAE nível C, com ensino superior é R\$ 2.889,33, de um TAE nível D com nível superior é R\$ 3.516,70 e o do Nível E é R\$ 4.638,66. Mantidas as proporções atuais do quantitativo de TAEs nível C, D e E no Campus como sendo 3%, 56% e 42% respectivamente²⁵, a média remuneratória inicial bruta para novos TAEs contratados no Campus GV seria de R\$4.004,27. Somado a esse valor devem ser inseridas verbas indenizatórias e benefícios, além da estrutura necessária para alocação desses novos servidores como mesas e computadores.

Todos esses custos com a possível contratação de novos TAEs, criação de novas funções e aumento da estrutura representam um fator negativo inerente a desvinculação. No entanto cabe ressaltar que as estimativas aqui apresentadas deverão ser reformuladas de forma individual e sistemática a fim de que se descubra os valores mais próximos da realidade possível necessários para a concepção da nova universidade.

Outros custos com equipamentos, mobiliários e estrutura física devem ser considerados para uma melhor estimativa de aumento de dispêndio que a nova universidade irá causar.

²⁴ O cálculo do aluno equivalente é regulamentado pela SESU/MEC e envolve variáveis como número de diplomados, duração média do curso, retenção, número de ingressantes, cursos noturnos, cursos fora de sede, complexidade dos cursos.

²⁵ A predominância dos cargos de classe D e E justifica-se diante da política do governo federal oficializada pelos artifícios legais: Decreto nº 2.271/97 e pela Lei nº 9.632/98. Com isto, foi possível terceirizar atividades desenvolvidas por servidores lotados nos cargos de classe A, B e C, bem como, extinguir cargos vagos vinculados a essas categorias. (CORRÊA, VASCO, et al., 2017, p. 8)

3. Orçamento

Foi solicitada à coordenação administrativa do Campus GV a estimativa orçamentária para 2023, em específico das despesas correntes. A coordenação apresentou o valor de R\$17.157.990,21 como estimativa a ser gasto em 2023 conforme anexo 1.

O grupo de trabalho entendeu que seria necessário buscar informações sobre o valor orçamentário que o campus GV teria direito, caso emancipasse, considerando os critérios existentes de MEC e Ministério da Economia. Nesse sentido, foi enviado um ofício à Pró-reitoria de planejamento da UFJF (PROPLAN) solicitando, conforme os dados que dispõe, a simulação da participação segregada do Campus GV na matriz OCC (Orçamento de Outros Custeios e Capital), instrumento de distribuição anual dos recursos destinados à manutenção e funcionamento das universidades federais. Entretanto, até o presente momento, o ofício não foi respondido.

Não obstante, dados relacionados à folha de pagamento atual dos servidores e sobre verbas oriundas do Tesouro Nacional diversas como os de assistência estudantil e os de programas governamentais, não foram possíveis de serem obtidos.

4. Estrutura física

O presente tópico foi elaborado pelo subgrupo de Infraestrutura e Tecnologia, que compõe o Grupo de Trabalho instituído para elaboração de relatório, o qual servirá de apoio para iniciar as discussões e debates sobre uma possível emancipação do campus.

Dentro desse contexto, busca-se apresentar a infraestrutura física e tecnológica disponível hoje no campus Governador Valadares, bem como identificar demandas adicionais nestas áreas indispensáveis para um possível cenário de emancipação.

Cabe ressaltar que o documento elaborado apresenta informações básicas a respeito dos temas propostos, com o intuito de estabelecer um ponto de partida para os possíveis debates e discussões a respeito da emancipação do campus, podendo ser utilizado como referência de requisitos para o caso de emancipação. Como o tempo definido para um objeto tão complexo foi extremamente curto, o seu escopo pode ser alterado significativamente em função de outras definições a respeito da estrutura geral de universidade a ser alcançada em uma proposta de emancipação.

O presente capítulo tem por objetivo, apresentar a infraestrutura física e tecnológica atualmente disponíveis no campus, bem como identificar a

necessidade de infraestrutura adicional para um cenário de possível emancipação do campus.

Para levantamento e detalhamento da infraestrutura física e tecnológica disponível no campus em Julho de 2022, foram utilizadas informações prestadas e refinadas pelas equipes técnicas da Direção Geral, especialmente as Gerências Administrativas e de Infraestrutura e Tecnologia da Informação.

Para levantamento e detalhamento de necessidades adicionais de infraestrutura física, foram coletadas informações junto às equipes de Biblioteca e equipe de Projetos do campus. A equipe de projetos disponibilizou e refinou informações prestadas pelas unidades e departamentos do campus para a elaboração de seu plano de necessidades. Complementarmente a demanda foi ajustada de acordo com requisitos preconizados pelo MEC para a boa avaliação dos cursos atualmente ofertados, o denominado Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação (IACG), de 2017.

Para levantamento e detalhamento de necessidades adicionais de infraestrutura tecnológica foram coletadas informações junto ao Centro de Gestão do Conhecimento Organizacional - CGCO e ao Núcleo de Tecnologia da Informação - NTI, a respeito dos sistemas e infraestrutura necessários para suporte aos sistemas de informação básicos para uma nova universidade.

O estudo partiu dos seguintes pressupostos:

1. Não serão abertos novos cursos;
2. Será dimensionada a infraestrutura mínima necessária para manutenção dos cursos atuais do campus com o número original de estudantes ingressos;
3. Será necessário um acréscimo de 16,41% (valor estimado pelo subgrupo com base em análise qualitativa) sobre o número de postos de trabalho e áreas destinadas à área administrativa do campus.

4.1. Estrutura Física Disponível

A seguir apresentamos a estrutura física atualmente utilizada/disponível no Campus GV.

Unidade Administrativa:

- i. Sede Administrativa: O Campus conta hoje com uma Sede Administrativa que abriga boa parte dos setores da Direção Geral e suas coordenações. O imóvel atual possui uma área de 1080,07 m² e está dividido em aproximadamente 18 salas e abriga um total de 69 postos de trabalho.

- ii. Almojarifado e Depósito: O Almojarifado do campus está localizado em sua Sede Administrativa e possui também uma área adicional para depósito. O somatório das áreas tem aproximadamente 300 m² e abriga dois postos de trabalho.
- iii. Garagem: O campus possui hoje uma área total de 1050 m², destinada à garagem, que abriga um total de 10 veículos oficiais.
- iv. SIASS: O campus abriga uma unidade do SIASS que atualmente ocupa 261,91 m² cedidos pelo INSS, divididos em 14 ambientes, que abriga 8 postos de trabalho.
- v. Unidade Santa Rita: Está em construção um prédio próprio com área construída de 2.587,32 m², no bairro Santa Rita, que abrigará os departamentos de Farmácia e Nutrição atendendo às demandas básicas dos cursos.
- vi. Sete de Setembro: Foi cedido pela Superintendência de Patrimônio da União - SPU dois lotes com área total 626,85 m², localizados na rua Sete de Setembro, 2830, Centro, que abrigará a Sede Administrativa do campus.
- vii. Unidade Vila Bretas: Está em processo de reforma o prédio próprio denominado Unidade Vila Bretas com área total de 5.975,19 m², localizado no bairro Vila Bretas, que abrigará parte significativa das atividades dos cursos do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas.
- viii. Rancho Miura: O Campus possui hoje uma área própria de aproximadamente 930.000 m², denominada Rancho Miura destinado inicialmente à implantação do campus mas, atualmente sem área construída.

Vale ressaltar que os espaços Unidade Santa Rita e Unidade Vila Bretas ainda em construção serão estruturas físicas fundamentais para consolidação e fornecimento de melhores condições de funcionamento dos cursos de graduação a que se destinam. E quando essas áreas puderem ser ocupadas haverá redução dos imóveis alugados atualmente.

Espaço	Área (M²)	Ambientes
Sede administrativa	880,07	18
Almoxarifado e Depósito	300	3
Garagem	1.050,00	3
SIASS	261,91	14
Unidade Santa Rita	2.587,32	N.D.
Sete de Setembro	626,85	1
Unidade Vila Bretas	5.975,19	86
Rancho Miura	930.000	1

Fonte: Elaborado pelo subgrupo.

Unidades Acadêmicas:

- i. Odontologia - FUNORTE: Espaço alugado de uso compartilhado, junto à FUNORTE, utilizado pelo curso de odontologia para as atividades de clínica e aulas práticas com área total de 500,94 m².
- ii. Odontologia - ABO: Espaço alugado de uso compartilhado junto à ABO, utilizado pelo curso de odontologia para as atividades de clínica e aulas práticas, com área total de 1.259,05 m².
- iii. ICV - Unipac: Espaço alugado de uso compartilhado junto à Unipac, utilizado por diversos cursos do instituto Ciências da Vida para uso de Salas administrativas, salas de aula, laboratórios de ensino e multiusuários de pesquisa e pós-graduação e armazenagem de peças anatômicas. Possui 33 salas de aula, 16 laboratórios, 1 auditório, 04 salas administrativas, em uma área total de 4.850,82 m², e está disponível das 07:00 às 17:30.
- iv. ICV e ICSA - Pitágoras: Espaço alugado de uso compartilhado junto ao Pitágoras utilizado por cursos do Instituto Ciências Sociais Aplicadas e pelo instituto Ciências da Vida para uso de salas administrativas, salas de aula, laboratórios e biblioteca e está disponível das 07h às 17h, exceto algumas salas de uso exclusivo do Pitágoras. Possui 42 Salas de aula, 06 laboratórios, 11 salas administrativas e 1 biblioteca em uma área total de 17.023,90 m².
- v. ICSA - NPJ: Espaço alugado de uso exclusivo junto à Aladir, utilizado pelos cursos do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas para implementação do Núcleo de Práticas Jurídicas, Coworking e outros ambientes administrativos, em uma área total de 800,96 m², organizado em 13 ambientes.
- vi. DCBV - São Pedro: Espaço alugado de uso exclusivo junto à Jokarla, utilizado pelo Departamento de Ciências Básicas da Vida - DCBV para aulas teóricas e práticas de todo ciclo básico dos cursos da saúde. Possui 08 Salas de aula, 04 salas administrativas e 09 laboratórios em uma área total de 2.318,81 m².
- vii. Fisioterapia - São Pedro: Espaço alugado de uso exclusivo junto à Jokarla, utilizado pelo Departamento de Fisioterapia para aulas teóricas, práticas e clínicas do curso. Possui 04 Salas de aula, 05 laboratórios e várias salas administrativas e de apoio em uma área total de 1.351,24 m².

Ed Física - Filadélfia: Espaço alugado de uso compartilhado junto ao Clube Filadélfia utilizado pelo curso de Educação Física para práticas esportivas que viabiliza o uso de 01 ginásio, 01 piscina olímpica, 01 sala de lutas, 01 sala de damas, 01 quadra de futebol society disponíveis de 07h às 12h.

Espaço	Área (M²)	Ambientes
Odontologia - FUNORTE	500,94	N.D.
Odontologia - ABO	1.259,05	32
ICV - Unipac	4850,82	87
ICV e ICSA - Pitágoras	17.023,90	86
ICSA - NPJ	800,96	13
DCBV - São Pedro	2.318,81	33
Fisioterapia - São Pedro	1.351,24	34
Ed Física - Filadélfia	N.A.	5

Fonte: Elaborado pelo subgrupo.

4.2. Estrutura Física Adicional Necessária de acordo com IACG

A seguir, apresentamos o que entendemos ser a Estrutura Física Adicional necessária para a emancipação de acordo com critérios preconizados pelo MEC para a boa avaliação dos cursos atualmente ofertados, o denominado Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação (IACG), de 2017.

É importante registrar que todos os cursos existentes do campus GV possuem reconhecimento junto ao MEC, e isso pressupõe-se que, em teoria, o campus GV possui infraestrutura mínima necessária para o funcionamento de seus cursos.

Unidades Administrativas: Chamamos de “Unidades administrativas” àquelas relacionadas às atividades meio da universidade.

a) Sede Administrativa / Reitoria: Não foi possível dimensionar com precisão a demanda adicional por espaço físico ou postos de trabalho, uma vez que essa demanda pode oscilar de forma muito significativa a depender da estrutura organizacional e administrativa a ser implementada para uma nova universidade. Ademais, para um levantamento preciso demandaria um tempo maior de pesquisa elaborada e detalhada. Foi estimado, portanto, o

número de postos de trabalho, com base na proporção de 15 Alunos por TAE, chegando a um número total de 227 TAEs.

Atualmente, o campus possui apenas 195 e, dentre eles, apenas 101 estão lotados na Direção Geral. Portanto, haveria necessidade um acréscimo de 32 (ou 16,41%) técnicos para as atividades administrativas. Consideramos, portanto, que seria necessário um espaço adicional de, no mínimo, 16,41% da área e dos postos de trabalho que se têm hoje.

Unidades Acadêmicas:

60

a) Sala de professores e sala de reuniões: Considerando a estrutura atual de espaços alugados, as salas de professores apresentam boas condições de uso e atendem ao que é demandado atualmente pelos cursos para acomodação dos docentes. No entanto, seria interessante a alocação de uma sala de reuniões, com área mínima de 25 m², em cada prédio/imóvel ocupado pelas unidades acadêmicas.

b) Gabinetes de trabalho para professores: Considerando a estrutura atual de espaços alugados, seria interessante a disponibilização de gabinetes de trabalho para os integrantes do Núcleo Docente Estruturante - NDE de cada curso.

c) Acesso dos alunos a equipamentos de informática: O campus disponibiliza atualmente 167 computadores em seus laboratórios de informática, apresentando uma relação de aproximadamente 20 alunos por computador.

d) Salas de aula: O campus dispõe atualmente de 81 salas de aula comportando em média 50 alunos por sala. O quantitativo se mostra suficiente para a demanda atual e as salas apresentam boas condições de infraestrutura para uso.

e) Registros acadêmicos: O sistema de registro acadêmico está informatizado e atende adequadamente às necessidades do curso. No entanto, a depender do sistema a ser adotado em uma nova universidade, esse aspecto deve ser considerado.

f) Laboratórios de ensino e pesquisa: Apesar do curso de odontologia ser um curso reconhecido pelo MEC, há a necessidade de incremento nos laboratórios de ensino do departamento de Odontologia. Há também uma demanda por laboratórios adicionais para pesquisas. É deficiente também os aspectos relacionados à armazenagem de insumos, especialmente produtos químicos, bem como com relação ao descarte de resíduos.

g) Biblioteca e Acervo: Este é um aspecto que demanda atenção especial pois, tanto com relação ao espaço físico quanto ao acervo bibliográfico, são necessários vários complementos. Na sequência, detalharemos essas questões separadamente.

4.3. Espaço físico

Foi verificado que a biblioteca do campus ocupa uma extensão de 610,38 m² e cumpre parcialmente os indicadores presentes no Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação do MEC (INEP, 2017). A fim de atingir melhores condições de acomodação do acervo e todas as efetivas necessidades, a biblioteca do campus precisaria de 3107,50 m².

De acordo com o plano de necessidades elaborado para a UFJF-GV, constatou-se essa necessidade com base na área necessária para abrigar o acervo bibliográfico de todos os cursos, bem como guarda-volumes, setor de circulação de materiais, infocentro, sala de leitura e exposição, setor de referência, setor de manuscritos, periódicos e multimeios, acervo, salão de estudo individual (cabines), salão de estudo coletivo (mesas), salas de estudo em grupo, sala para secretaria, sala da coordenação, setor de aquisição, setor de processamento técnico, setor de processamento físico, setor restauração, depósito, copa/cozinha, banheiros, DML (depósito de material de limpeza), ARS (armazenamento de resíduo sólido).

Cabe destacar, no entanto, que, dessa área total, cerca de 535 m² estão já previstos para implementação na Unidade Vila Bretas, conforme determinado pelo Conselho Gestor e projetos realizados pela gerência de Infraestrutura e TI.

Acervo:

Foi verificado que, além de espaço físico limitado, o acervo atual de biblioteca se mostra também insuficiente ao demandado atualmente pelos cursos, possuindo apenas 87% dos títulos da bibliografia básica e 72% da bibliografia específica.

Observou-se a alteração de bibliografias em alguns cursos, especialmente devido às reformas dos Planos Pedagógicos de Curso promovidas entre 2021 e 2022 (também adequando-se ao IACG/2017) e, com isso, as modificações, gradativamente, estão sendo incorporadas no sistema. Por estarem ainda em curso tais adequações, ainda não é possível realizar levantamento de quantitativo de exemplares e de títulos com informações detalhadas.

Há também um déficit relacionado ao acervo virtual e acesso à bases científicas o que além de precarizar as atividades dos cursos, pode comprometer e impactar significativamente nos processos futuros de avaliação do MEC.

Espaço para o curso de Odontologia:

Dentre os cursos oferecidos atualmente pelo campus, o curso de Odontologia tem apresentado demandas significativas relacionadas à infraestrutura física para seu funcionamento e que, se não solucionadas, podem acarretar na redução do número de alunos entrantes ou até mesmo no fechamento do curso. Cabe ressaltar que, em 28 de junho de 2022, o

CONSU suspendeu, por um ano, a oferta de vagas para o curso de Odontologia, devido ao represamento de turmas de aulas práticas.

Identificamos, portanto, como necessária a implementação do caderno de especificações, elaborado pela equipe de projetos do campus para manutenção do curso. A demanda apresentada foi de locação ou construção de um espaço com 42 ambientes e uma área estimada de 4.000 m². Dentre os ambientes solicitados estão: Recepção, Sala de espera, Arquivo de prontuários para as clínicas, Sala de acolhimento para pacientes com doenças infectocontagiosas, Arquivo/Controle dos serviços do Laboratório de Prótese para as clínicas, Salas de desparamentação, Clínica Multidisciplinar 01, Clínica Multidisciplinar 02, Clínica Multidisciplinar 03, Clínica de Extensão / Pesquisa, Central de Material Esterilizado (CME), Setor de Radiologia, Laboratórios Multidisciplinar 1 e 2, Laboratório de Patologia Oral e Maxilofacial, Laboratório de Microscopia, Laboratório de Biomateriais, Laboratório de Microbiologia, Banco de Dentes Humanos, Salas de aula, Secretaria do Departamento, Sala da Chefia do Departamento, Sala da Coordenação de Graduação, Salas de professores, Sala de Técnicos Administrativos em Educação (TAE's), Diretório Acadêmico, Sala de manutenção, Copa, Depósito de Material de Limpeza (DML), Abrigo de Resíduos Sólidos (ARS) interno, Abrigo de Resíduos Sólidos (ARS) externo, Guarita, Sala NTI, Banheiros e vestiários, Banheiros públicos, Banheiros públicos para PCD, Vestiários funcionários, Vestiários funcionários para PCD, Vestiários alunos, Vestiário alunos para PCD, Almoxarifado Patologia Oral e Maxilofacial, Almoxarifado Biomateriais, Almoxarifado Microbiologia, Almoxarifado geral.

É importante destacar que a demanda do curso de Odontologia já está sendo plenamente atendida, conforme processo 23071.938246/2021-95. Tal processo atualmente encontra-se na instância do Conselho Superior da UFJF (CONSU), aguardando apreciação visando autorização para assinatura do contrato, haja visto que o mesmo está previsto para dez anos, diferente da maioria dos demais contratos da UFJF, por se tratar de um investimento de grande porte que por sua vez demanda segurança para o investidor.

4.4. Estrutura tecnológica

Apesar do campus estar em pleno funcionamento e poder contar hoje com uma solução razoável e estável no que diz respeito aos recursos relacionados à tecnologia da informação, boa parte destes sistemas e da infraestrutura necessária para seu funcionamento é provida pelo Centro de Gestão do Conhecimento Organizacional - CGCO. Num cenário de possível emancipação, essa infraestrutura e esses sistemas devem ser implementados e providos pelo próprio campus.

Dentro deste contexto, busca-se fazer um paralelo entre os sistemas e equipamentos atualmente disponíveis no campus e aqueles necessários para a implantação dos sistemas e serviços providos atualmente pelo CGCO.

a) Estrutura Tecnológica Disponível - Sistemas de Informação:

1. Sistema de Atendimento Unificado - SAU: Sistema de atendimento e registro de demandas utilizado por diversos setores e departamentos do campus, especialmente para acesso aos serviços prestados pelos setores administrativos e pelas coordenações de cursos do campus. O sistema possui baixa demanda por recursos computacionais e a infraestrutura atual de TI do campus é suficiente para suportar seu uso.
2. Agendamentos: Sistema para gerenciamento de recursos utilizado especialmente para agendamento e gestão de uso de salas de aula e laboratórios. O sistema possui baixa demanda por recursos computacionais e a infraestrutura atual de TI do campus é suficiente para suportar seu uso.
3. Ferramentas de rede: O Núcleo de Tecnologia da Informação utiliza diversas ferramentas e sistemas de informação próprios para monitoramento e controle de seus ativos e serviços prestados, dentre eles destacamos o Zabbix, OCS Inventory, Samba, Sistema para controle de Impressão, Sistemas para gestão do VOIP, Wordpress, MediaWiki, GP Web dentre outros. Os sistemas possuem baixa demanda por recursos computacionais e a infraestrutura atual de TI do campus é suficiente para suportar seu uso.
4. Sites: Estão hospedados no próprio campus alguns sites através da ferramenta Wordpress que demandam um layout ou apresentação não compatível com os sites padrões da UFJF, como exemplos podemos citar o Guia UFJF (<http://guia.gv.ufjf.br>). O sistema possui baixa demanda por recursos computacionais e a infraestrutura atual de TI do campus é suficiente para suportar seu uso.
5. Sistemas próprios: O NTI desenvolve e mantém alguns sistemas relevantes para apoio às atividades do campus como o Sistema para Inventário, Sistema para emissão de GRU, Sistema de prontuário eletrônico, dentre outros. Os sistemas possuem baixa demanda por recursos computacionais e a infraestrutura atual de TI do campus é suficiente para suportar seu uso.

b) Infraestrutura de TI:

Atualmente, a Infraestrutura de servidores do NTI está dimensionada para os sistemas próprios e infraestrutura de rede demandada atualmente pelo campus e é composta pelos seguintes equipamentos:

1. 02 Switches para Rede local do Datacenter
2. 01 Firewall com redundância de médio porte
3. 01 Servidores do tipo Storage de pequeno porte
4. 02 Servidores do tipo Aplicação de pequeno porte
5. 02 Racks com capacidade de 48U

Vale ressaltar que a infraestrutura de TI do campus é composta ainda por outros itens como os que compõem a infraestrutura de cabeamento estruturado e a rede de dados sem fio que atendem de forma satisfatória ao demandado atualmente pelo campus.

4.5. Estrutura Tecnológica Necessária

Sistemas de Informação:

Para manutenção das atividades administrativas e acadêmicas dos cursos providos atualmente será necessário implementar no campus GV diversos sistemas de informação mantidos atualmente pelo campus sede, dentre eles destacam-se:

a) Sistema Integrado de Gestão Acadêmica (SIGA)

Principal sistema de informação indispensável responsável pela gestão acadêmica e administrativa de toda universidade, deve conter, dentre outros, no mínimo os seguintes módulos: Módulo Graduação, Módulo Pós-graduação, Módulo Recursos Humanos, Módulo Eleições, Módulo Financeiro, Módulo Licitações, Módulo Requisições, Módulo Bolsas, Módulo Patrimônio, Módulo Estágios, Módulo Assistência Estudantil, Módulo Contratos, Módulo Avaliação Institucional, Módulo Eventos, Módulo Almoxarifado, Módulo Biblioteca, Módulo Ingresso.

Este sistema possui alta complexidade e demanda por recursos computacionais, sendo que a infraestrutura atual de TI do campus é insuficiente para atender seu uso. Pode ser necessário custear além da infraestrutura necessária para sua implantação, também os direitos de uso do software a depender do sistema escolhido.

b) Sistema Eletrônico de Informações (SEI)

Sistema de informação obrigatório responsável pelo registro e tramitação de todos os processos da universidade. Por ser um sistema de uso obrigatório, sua distribuição não envolve custos adicionais de licenciamento, no entanto deve-se planejar cuidadosamente o processo de migração dos processos do campus para a nova autarquia no caso de emancipação.

Este sistema possui alta complexidade e demanda por recursos computacionais, especialmente em relação ao armazenamento de dados, sendo que a infraestrutura atual de TI do campus é insuficiente para viabilizar seu uso.

c) Webmail

Sistema de informação necessário responsável pelo serviço de envio e recebimento de e-mail para toda universidade. Este sistema possui média complexidade e demanda por recursos computacionais, especialmente em relação ao armazenamento de dados, sendo que a infraestrutura atual de TI do campus é insuficiente para viabilizar seu uso.

d) Outros sistemas próprios

Seria necessária, ainda, uma série de sistemas adicionais para apoio das atividades administrativas e acadêmicas da universidade. Dentre eles, destacam-se:

1. Wordpress - Sites
2. Pergamum
3. Ponto Eletrônico
4. Agatha

5. Sistema para implementação do teletrabalho

Estes sistemas possuem baixa complexidade e demanda por recursos computacionais, no entanto a infraestrutura atual de TI do campus é insuficiente para viabilizar seu uso.

e) Outros sistemas de governo

Seria necessário, também, garantir o acesso aos demais sistemas utilizados pelo governo federal para as mais diversas rotinas e ações que envolvem as atividades universitárias, dentre os quais destacamos:

6. SICAF

7. SIAFI

8. SIADS

9. SIAPE

10. Pregão Eletrônico

Para levantamento dos sistemas de informação necessários ao pleno funcionamento do campus como uma universidade independente, devido ao tempo e equipe limitada para realização de um estudo mais profundo, foram considerados apenas os sistemas de informação básicos atualmente utilizados pela UFJF. No entanto, cabe ressaltar que é altamente recomendável que seja avaliada e considerada a migração para outros sistemas de gestão que se mostrem mais adequados.

4.6. Considerações sobre estrutura física

Apesar de não possuir imóveis próprios em condições efetivas de uso, o campus dispõe hoje de diversos espaços alugados que, em boa parte, são capazes de suprir suas necessidades básicas, bem como algumas áreas próprias em fase de reforma ou passíveis de construção.

A Unidade Administrativa do campus possui ambiente climatizado e com espaço suficiente para os postos de trabalho demandados atualmente e espaço adequado para garagens, almoxarifado e demais ambientes administrativos.

As Unidades Acadêmicas possuem seus cursos reconhecidos pelo MEC com conceito 4, dispõe de salas de aula em quantidade suficiente, salas coletivas de professores em diversos prédios, laboratório de informática em quantidade suficiente e quantidade limitada de laboratórios de ensino, de pesquisa e pós-graduação.

Como ponto grave de atenção, foram identificadas as condições principalmente relacionadas aos espaços demandados pelo curso de Odontologia e pela Biblioteca do campus que são atualmente insuficientes para garantir seu pleno funcionamento. As demandas do curso de

Odontologia foram apresentadas ao CONSU e dependem apenas de sua aprovação para serem plenamente atendidas. Já as demandas apresentadas para a biblioteca estão sendo parcialmente sanadas com a locação de espaço na Faculdade Pitágoras e construção de espaço na Unidade Vila Bretas. No entanto, parte considerável da obra ainda está pendente. Ainda com relação à biblioteca, é importante assegurar a compra e a consolidação de acervo físico e digital para pleno atendimento das demandas de todos os cursos.

Recomenda-se ainda garantir a previsão, dentro de uma proposta de pactuação para emancipação, de espaços adicionais, para garantir o provimento de outros ambientes que, apesar de menos críticos, precisam ser reforçados, como sala de reuniões, gabinete para professores, e alguns laboratórios de ensino, pesquisa e cursos de pós-graduação, dentre outros ambientes.

Com relação à infraestrutura tecnológica, são mantidos pelo próprio campus atualmente apenas sistemas de apoio às atividades, sendo necessário atuar para a implantação de diversos sistemas de alta complexidade para o funcionamento de uma nova universidade, como o SEI, Webmail, Sites e principalmente o Sistema para Gestão Acadêmica e Administrativa.

O campus possui atualmente infraestrutura de servidores e de rede moderna. No entanto, estão dimensionados para atender apenas às demandas de sistemas de informações e serviços providos atualmente pelo NTI. Para suportar a implantação de novos sistemas de alta complexidade e que demandam recursos computacionais significativos, como os demandados no caso de emancipação, seria necessário adquirir diversos equipamentos ou contratação de serviço de infraestrutura de TI em nuvem, bem como promover treinamento para capacitação de seus servidores.

É importante esclarecer que as definições de infraestrutura física e tecnológica para a eventual emancipação do campus GV apresentadas neste relatório retratam um levantamento complexo e repleto de condicionantes, com profunda interface com a disponibilidade de recursos humanos e financeiros. Houve, por parte deste subgrupo, a análise, refinamento e consolidação dos diversos cenários possíveis para a composição deste relatório e, apesar de não ser possível realizar prescrições exatas, considera-se que as informações apresentadas refletem de forma confiável as necessidades correntes para emancipação.

Com o avançar das discussões e debates nas instâncias previstas e subsequentes definições, novas soluções devem ser incorporadas a este relatório, tornando-o mais robusto, adequado e coerente com as demandas e anseios apresentados pela comunidade acadêmica.

REFERÊNCIAS

BOUCHER, G.; CONWAY, C.; VAN DER MEER, E. Tiers of engagement by universities in their region's development. *Regional studies*, v. 37, n. 9, p. 887-897, 2003.

BRASIL. Decreto nº 6.096 de 24 de abril de 2007 . Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm

CARDOSO BORBA, P., CASAGRANDE, J. L., CORRÊA CHAVES, L. ., & DUTRA, A. (2020). A universidade e seu papel no desenvolvimento regional: um mapeamento do tema conforme as delimitações postas pelos pesquisadores. *Gestão & Regionalidade*, 36(109), 55–77.

COSTA, 2022. A luta pela emancipação da nossa universidade federal. Disponível em <https://elisacostapt.com.br/a-luta-pela-emancipacao-da-nossa-universidade-federal/>

ESPÍNDOLA, Haruf Salmem. Sertão do Rio Doce. Edusc, Instituto Terra, Univale editores. 2005.

GOLDSTEIN, H. A.; GLASER, K. Research universities as actors in the governance of local and regional development. *Journal of Technology Transfer*, v. 37, p. 158-174, 2012.

GRUNEWALD, Z. R., A estrutura universitária multicampi e seus dilemas, UFJF, 2019, Disponível em: <<https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/11484/1/ricardocunhagrunevaldzaranttoneli.pdf>>, Acessado em: 19 ago. 2022.

HARRISON, J.; TUROK, I. Universities, knowledge and regional development. *Regional Studies*, v. 51, p. 977-981, 2017

IBGE. Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias : 2017 / IBGE, Coordenação de Geografia. - Rio de Janeiro : IBGE, 2017 Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100600.pdf>

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Instrumentos de avaliação. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/avaliacao-in-loco/instrumentos-de-avaliacao>>, 2017. Acesso em: 18 ago. 2022.

PEREIRA, Camila Amaral; ESPINDOLA, Haruf Salmen; MARTINS, Diego. Formação econômica do Vale do Rio Doce: uma análise histórica (1940-1970).

Revista IDeAS, Rio de Janeiro, v. 13, p. 1-24, e019005, jan./dez. 2019. Disponível em <https://revistaideas.ufrj.br/ojs/index.php/ideas/article/view/237/290>

PMGV, PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR VALADARES, Plano de desenvolvimento local integrado do município de Governador Valadares (PDLIM). Volume I, Mai Editora S/A, BH/MG, 1973.

ROLIM, C.; SERRA, M. Instituições de Ensino Superior e Desenvolvimento Regional: O Caso da Região Norte do Paraná. Revista de Economia, v. 35, n. 3 (ano 33), p. 87-102, set./dez. 2009. Editora UFPR.

SOARES, Geralda Chaves. Os Borun do Watu. Os Índios do Rio Doce. Contagem/MG, EDEFES, 1992. CDU: 572.95 (815.1). Págs. 198.

TRIPPL, M.; SINOZIC, T.; LAWTON SMITH, H. The role of universities in regional development: conceptual models and policy institutions in the UK, Sweden and Austria.

UFJF. Relatório Técnico Comissão de análise de alternativas para instalação da estrutura definitiva do campus Governador Valadares. 2019. Disponível em <https://docplayer.com.br/190795811-Ministerio-da-educacao-universidade-federal-de-juiz-de-fora-uff-campus-governador-valadares-relatorio-tecnico.html>

UFJF-GV. Caderno de especificações para chamamento público UFJF/GV 02/2022. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/1fA1RGoQ5wzz7j2YStyGVQa3_AM0AZQpt, 2022a. Acesso em: 18 ago. 2022.

UFJF-GV. Contratos Vigentes - Setor de Contratos – Campus GV. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/contratosgv/contratos-e-aditivos/>, 2022b. Acesso em: 18 ago. 2022.

UFJF-GV. Relatório de Contratos - Campus GV. Disponível em: <https://docs.google.com/spreadsheets/d/1sZPWZtgvdUBM2WGJm0DXXD3TK8-olnmvYujL-s7eqnc/edit#gid=68848435>, 2022c. Acesso em: 18 ago. 2022.

UYARRA, E. Conceptualizing the regional roles of universities, implications and contradictions. European Planning Studies, v. 18, n. 8, p. 1227-1246, 2010.